



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE SOCIOECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Raquel de Freitas Silva

**Uma Avaliação da Violência Contra a Mulher em Santa Catarina**

Florianópolis  
2024

Raquel de Freitas Silva

**Uma Avaliação da Violência Contra a Mulher em Santa Catarina**

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro de Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Francis Carlo Petterini Lourenço, Dr.

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Silva, Raquel de Freitas  
Uma Avaliação da Violência Contra a Mulher em Santa  
Catarina / Raquel de Freitas Silva ; orientador, Francis  
Carlo Petterini Lourenço, 2024.  
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas,  
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Violência Contra a Mulher. 3.  
Subnotificação. 4. Santa Catarina. 5. Análises da  
Violência. I. Lourenço, Francis Carlo Petterini. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Ciências Econômicas. III. Título.

Raquel de Freitas Silva

**Uma Avaliação da Violência Contra a Mulher em Santa Catarina**

Florianópolis, 28 de junho de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Francis Carlo Petterini Lourenço, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Liana Bohn, Dr(a).  
Universidade Federal de Santa Catarina

Jeniffer Gonçalves, Dr(a).  
Universidade Federal de Santa Catarina

Max Cardoso de Resende, Dr.  
Panvel Farmácias

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do Título de bacharel em Ciências Econômicas por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

---

Prof. Francis Carlo Petterini Lourenço, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2024.

Dedico este trabalho à todas as mulheres que, muitas vezes silenciadas, encontram coragem para enfrentar a escuridão da violência de gênero. Às vítimas que se tornam sobreviventes e às guerreiras que resistem, e também àquelas que perderam suas vidas devido à violência (em memória), este estudo é dedicado a vocês. Que esta pesquisa contribua para a expansão da política da Sala Lilás, e, conseqüentemente, encoraje e apoie mais mulheres a denunciarem. Que cada voz seja um passo em direção a um futuro onde a justiça prevaleça, encorajando a mudança e promovendo a segurança e a igualdade para todas.

## AGRADECIMENTOS

A minha lista de agradecimentos é um pouco extensa, mas felizmente, tive muitas pessoas que contribuíram significativamente para esta jornada, que foi tão importante e transformadora. Todas as oportunidades que surgiram, eu as aproveitei da melhor maneira possível, com muito esforço e dedicação.

Quero expressar minha profunda gratidão aos meus pais, que me apoiaram ao longo do curso. Apesar das dificuldades, eles fizeram o melhor que puderam. Foram eles que me ensinaram valores fundamentais que moldaram meu caráter. São pessoas que compreendem a importância da educação, o que me proporcionou uma base sólida para construir um futuro com oportunidades melhores do que vocês tiveram.

Minha imensa gratidão à minha melhor amiga (e mãe do coração), Márcia Duarte Costa, por ser meu suporte emocional durante essa jornada, por me ouvir falar de economia, de pesquisa, das experiências boas e ruins que tive com as disciplinas, da monografia, e todos os desafios enfrentados durante o curso. E à minha cachorra, Athenas, que sempre me esperava ansiosamente em casa após as aulas, pronta para brincar, e que ficava coladinha em mim enquanto eu estudava. Obrigada por serem minha família em Florianópolis!

Agradeço também a todos os professores que contribuíram com a minha formação e me inspiram a seguir na carreira acadêmica. Dentre esses, alguns tiveram participações especiais, que merecem ser destacadas.

Primeiramente, quero agradecer àqueles que me oportunizaram trabalhar e aprender na prática os desafios de fazer pesquisa com profissionais altamente qualificados. Foi uma honra trabalhar com cada um de vocês! Sim, eu sei, que "bolsista dá trabalho". Sou muito grata por essas oportunidades e pela dedicação de vocês, que proporcionou um aprendizado tão enriquecedor, me tornando uma profissional mais qualificada.

Agradeço ao meu orientador do trabalho de conclusão de curso e de iniciação científica, Francis Carlo Petterini Lourenço, pelas inúmeras contribuições, atendimentos, auxílios, recomendações e ensinamentos. Foi uma jornada longa e desafiadora, desde o início quando precisávamos dos dados, até o tratamento dos dados, apresentação de relatório, enviar trabalho para congresso, versões da monografia. Muito obrigada por ler cada um desses documentos, sempre me ensinando como melhorá-los, além de todos ensinamentos de econometria e análise de dados.

Agradeço, a minha orientadora de iniciação científica (2023), Liana Bohn, por todo aprendizado proporcionado, durante a construção do Manual de Economia Feminista. Aprender a classificar, selecionar e organizar artigos transformando essas informações em um manual simples e didático que pode ser lido com facilidade por alunos de graduação, foi uma experiência muito enriquecedora. Obrigada, também, por ler e revisar cada versão do trabalho. Suas contribuições me ajudaram a desenvolver a escrita teórica, que era uma dificuldade minha antes da pesquisa. Nesse sentido, também agradeço à coorientadora

da pesquisa Solange Regina Marin, pelas suas contribuições e disponibilidade durante a pesquisa. Agradeço, também, por me incentivarem a participar de congressos.

Agradeço, também, aos professores Arlei Luiz Fachinello e Pablo Felipe Bittencourt pela oportunidade de participar da construção da Matriz Insumo-Produto de Santa Catarina. Foi uma excelente oportunidade de compreender na prática a contabilidade de Santa Catarina. Em especial, agradeço imensamente pela sensibilidade de vocês em relação a situação financeira dos bolsistas de graduação da pesquisa enquanto atravessávamos o período sombrio da pandemia. Em um período tão difícil, aprendemos muito além dos ensinamentos de economia.

Ao professor Guilherme Valle Moura expresso minha gratidão por suas valiosas contribuições na minha formação. Agradeço por todos atendimentos, recomendações de literatura, disponibilidade em responder as minhas dúvidas (que foram muitas) e por apoiar e incentivar minhas escolhas.

Aos professores Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski, Daniel de Santana Vasconcelos e Fábio Pádua dos Santos, que também, sempre estiveram com as portas de suas salas abertas e seus contatos disponíveis para atender minhas dúvidas, muito obrigada por cada resposta e pela paciência.

Agradeço, também, a todos os colegas que foram parcerias para estudar e fazer trabalhos. E aos monitores, que desempenharam um importante papel ao me auxiliarem nas disciplinas, especialmente no início do curso.

Por fim, agradeço à Pró-Reitoria de Permanência Estudantil (PRAE) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) - através Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pelas bolsas concedidas ao longo desses anos, que foram fundamentais para minha permanência no curso. E a todos os brasileiros que por meio do pagamento dos impostos custearam as bolsas e o funcionamento da universidade pública.

*“We realize the importance of our voices only when we are silenced.”*  
*(Malala Yousafzai - Nobel Peace Prize, 2014)*

## RESUMO

O presente estudo aborda de forma abrangente e sistemática a violência contra a mulher em Santa Catarina, utilizando essencialmente dados exclusivos da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC) e dados secundários da Pesquisa Nacional da Saúde (PNS) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Esta pesquisa fornece um panorama da violência contra a mulher em Santa Catarina e oferece uma perspectiva sobre a extensão real do problema, fundamental para informar políticas e intervenções preventivas eficazes. As análises descritivas dos dados da SSP/SC revelam que a maioria dos crimes ocorre no ambiente doméstico, concentrados nos fins de semana e em horários específicos. Predominam casos sem lesões físicas, destacando-se as agressões psicológicas. O perfil das vítimas mostra uma concentração na faixa etária entre 18 e 59 anos e parcela considerável de mulheres solteiras, sugerindo uma possível influência dos termos de relacionamentos. Os agressores, por sua vez, apresentam padrões semelhantes de faixa etária. A predominância de vítimas e agressores brancos e brasileiros reflete a composição demográfica do estado. A sobreposição de dados socioeconômicos com a incidência de violência aponta para desigualdades estruturais. A complexidade do fenômeno também se reflete nas motivações dos agressores, com destaque para motivações passionais, alcoolismo e desavenças. A análise geoespacial identifica padrões significativos de violência nas regiões Oeste e Serrana, com taxas alarmantes superiores a 600 casos por 10 mil mulheres. Para estimar a subnotificação das violências compara-se as projeções da PNS de 2019 ponderadas pelo peso do morador selecionado com os dados dos boletins de ocorrência registrados. As estimativas de subnotificação revelam uma discrepância alarmante nos casos de violência física e sexual contra mulheres, superior a 90% no casos de violência física, entre as estimativas da PNS e os registros oficiais.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher 1. Subnotificação 2. Santa Catarina 3. Análises da violência 4.

## ABSTRACT

This study comprehensively and systematically addresses violence against women in Santa Catarina, essentially utilizing exclusive data from the Secretaria de Segurança Pública (SSP/SC) and secondary data from the Pesquisa Nacional da Saúde (PNS) and the Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). This research provides a comprehensive panorama of violence against women in Santa Catarina and offers a perspective on the real extent of the problem, fundamental for informing efficient preventive policies and interventions. Descriptive analyses of SSP/SC data reveal that most crimes occur in the domestic environment, concentrated on weekends and at specific times. Cases without physical injuries predominate, with psychological aggression standing out. The profile of victims shows a concentration in the age group between 18 and 59 years and a considerable portion of single women, suggesting a possible influence of relationship break-ups.. The aggressors, in turn, exhibit similar age group. The predominance of white and Brazilian victims and aggressors reflects the state's demographic composition. The overlap of socioeconomic data with the incidence of violence indicates structural inequalities. The complexity of the phenomenon is also reflected in the aggressors' motivations, highlighting passionate motivations, alcoholism, and disagreements. Geospatial analysis identifies significant patterns of violence in the Western and Serrana regions, with alarming rates exceeding 600 cases per 10,000 women. To estimate the underreporting of violence, compare the projections from the 2019 PNS weighted by the selected resident's weight with the data from the police reports registered. Underreporting estimates reveal an alarming discrepancy in cases of physical and sexual violence against women, exceeding 90% in physical violence cases, between PNS estimates and official records.

**Keywords:** Violence against women 1. Under-reporting 2. Santa Catarina 3. Analysis of violence 4. 5.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição de frequência dos locais. . . . .	32
Figura 2 – Distribuição de frequência dos dias da semana e horários. . . . .	32
Figura 3 – Distribuição de frequência da faixa etária das vítimas. . . . .	37
Figura 4 – Distribuição de frequência do estado civil, cor, sexo e país de nascimento das vítimas. . . . .	38
Figura 5 – Distribuição do grau de instrução das vítimas. . . . .	39
Figura 6 – Distribuição de frequência da faixa etária dos autores. . . . .	40
Figura 7 – Distribuição de frequência do estado civil, cor, sexo e país de nascimento dos autores. . . . .	41
Figura 8 – Distribuição de frequência do grau de instrução dos autores. . . . .	42
Figura 9 – Mapa das incidências de violência contra a mulher nos municípios catarinenses. . . . .	43
Figura 10 – Mapa das agressões físicas nos municípios catarinenses. . . . .	43
Figura 11 – Mapa das agressões psicológicas nos municípios catarinenses. . . . .	44
Figura 12 – Mapa dos estupros nos municípios catarinenses. . . . .	44

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina. . . .	28
Quadro 2 – Variáveis selecionadas da PNS. . . . .	30

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Contagem e percentuais da condição física das vítimas. . . . .	33
Tabela 2 – Contagem e percentuais dos fatos. . . . .	34
Tabela 3 – Contagem e percentuais da condição física dos autores. . . . .	34
Tabela 4 – Contagem e percentuais dos meios empregados. . . . .	35
Tabela 5 – Contagem e percentuais das motivações. . . . .	35
Tabela 6 – Contagem e percentuais dos procedimentos policiais. . . . .	36
Tabela 7 – Contagem e percentuais da profissão das vítimas. . . . .	37
Tabela 8 – Número de vítimas de agressão física, tentativa de estupro e estupro. .	45
Tabela 9 – Número de vítimas de agressão física e estupro 2021 a 2022. . . . .	45

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
1.1	TEMA E PROBLEMA	18
1.2	OBJETIVOS	19
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>19</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>19</b>
1.3	JUSTIFICATIVA	19
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	20
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>21</b>
2.1	DETERMINANTES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E DA SUBNOTIFICAÇÃO	21
2.2	ECONOMIA DO CRIME	22
<b>2.2.1</b>	<b>Custo de oportunidade, incentivos e restrições</b>	<b>23</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Quanto vale a vida de uma mulher?</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>DADOS E MÉTODO</b>	<b>26</b>
3.1	DADOS	26
3.2	METODOLOGIA	26
<b>3.2.1</b>	<b>Limpeza e organização da base de dados</b>	<b>26</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Estimação da subnotificação das violências em Santa Catarina</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b>	<b>31</b>
4.1	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	31
<b>4.1.1</b>	<b>Características dos fatos</b>	<b>31</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Perfil das vítimas</b>	<b>36</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Perfil dos agressores</b>	<b>39</b>
<b>4.1.4</b>	<b>Mapas interativos</b>	<b>42</b>
4.2	ESTIMATIVAS DA SUBNOTIFICAÇÃO	45
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>49</b>
	<b>APÊNDICE A – AGRUPAMENTOS DA BASE DE DADOS DA SSP/SC</b>	<b>53</b>
	<b>APÊNDICE B – CÓDIGOS</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher lança sua sombra sobre uma em cada três mulheres no mundo, revelando uma urgência inegável em enfrentar esse desafio global (Bank, 2019). No contexto brasileiro, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2023b) conduz uma pesquisa anual abrangente, entrevistando mulheres de todas as regiões do país. Os resultados referente ao ano de 2022 revelam que 28,9% das entrevistadas vivenciaram algum tipo de violência nos últimos 12 meses. Em Santa Catarina, somente em 2022, foram registrados 72.457 boletins de ocorrência de violência contra a mulher (OBSVCMSC, 2023).

A violência contra a mulher constitui um fenômeno histórico cultural de dominância do patriarcado. Ao longo da história, as mulheres foram subordinadas, aceitando essa condição como algo natural, visto que desde a antiguidade grupos de homens guerreiros, quando vencedores dominavam o território e se apossavam de tudo o que havia nele. Como as mulheres eram parcela significativa do grupo, após a conquista recente, devido a sua força física ser inferior e as suas funções educativas, era oferecida a elas a oportunidade de garantir proteção para si e seus filhos. Participando, assim, de um “negócio patriarcal” - no qual se subjugavam a prestação de serviços sexuais e domésticos aos seus captadores masculinos. Nesse ambiente, prosperou a violência contra as mulheres, em todas as suas formas (Fox, 2002).

No Brasil, até o início do século XIX, as Ordenações Filipinas, um conjunto de leis inspiradas no direito português, estabeleciam disposições legais relacionadas ao adultério. De acordo com o Título XXXVIII do Livro V, a legislação permitia que um marido matasse sua esposa, caso a encontrasse em adultério:

“Achando o homem casado sua mulher em adulterio, lícitamente poderá matar a ella, como o adultero, salvo se o marido for peão, e o adultero Fidalgo, ou nosso Dezebargador, ou pessoa de maior qualidade. [...] 1. E não somente poderá o marido matar sua mulher e o adultero que achar com ella em adulterio, mas ainda os pôde lícitamente matar, sendo certo que lhe commetterão adultério (Federal, 2012).”

A criminalização do homicídio em todas as situações no Brasil ocorreu somente com a promulgação do primeiro Código Penal em 1830 (Brasil, 1830). Entretanto, dada a peculiaridade do sistema jurídico brasileiro, onde crimes dolosos contra a vida são julgados por júri popular, composto por cidadãos comuns, emergiu ao longo da história a prática de invocar a tese da legítima defesa da honra em casos de feminicídio<sup>1</sup>. Embora não codificado na legislação brasileira, o argumento gerou interpretações variadas nos tribunais, muitas vezes resultando em decisões favoráveis aos réus que alegavam essa justificativa.

No final da década de 1970, observou-se um aumento significativo nos casos de feminicídios, frequentemente relacionados à recusa masculina em aceitar o término de

<sup>1</sup> Atualmente existe um projeto de lei para proibir o uso dessa tese no Brasil.

relacionamentos, suspeitas de traição ou desacordo com comportamentos das vítimas<sup>2</sup>. Um exemplo emblemático desse contexto foi o assassinato brutal de Angêla Maria Fernanda Diniz, uma figura proeminente da alta sociedade mineira, em 1976, na Praia dos Ossos, em Búzios, Rio de Janeiro. O caso ganhou ampla cobertura midiática nacional, e o julgamento subsequente, em outubro de 1979, foi marcado pela utilização da tese de legítima defesa da honra, resultando em uma pena reduzida que permitiu ao réu sair em liberdade, uma vez que já havia cumprido parte da sentença.

Posteriormente, em Belo Horizonte, Minas Gerais, dois casos adicionais de feminicídio ocorreram em sequência. Em 26 de julho de 1980, Heloísa Balesteiros foi assassinada enquanto dormia, em razão das suspeitas de traição do marido. Dezesete dias depois, Maria Regina Santos Souza Rocha foi morta pelo marido porque desejava retornar ao mercado de trabalho e usar biquíni. Esses eventos, somados à decisão controversa no caso de Angêla Diniz, foram catalisadores do movimento feminista “Quem ama não mata”.

Em 18 de agosto de 1980, aproximadamente 400 mulheres se reuniram nas escadarias da Igreja São José, em Belo Horizonte, segurando velas acesas e rosas vermelhas como forma de protesto. O movimento alcançou uma significativa repercussão em âmbito nacional, mobilizando mulheres em diversas cidades brasileiras, que expressavam sua indignação por meio de cartazes e faixas. O *slogan* “Quem ama não mata” se destacava nessas manifestações, acompanhado por frases que clamavam pelo fim da violência contra a mulher e pela proteção irrestrita de seus direitos.

Após a solicitação de anulação da sentença pelos advogados da família de Angêla Diniz, o segundo julgamento, em novembro de 1981, testemunhou uma mudança significativa. Sob a crescente pressão social e influência das demandas feministas provenientes do movimento, o autor foi finalmente condenado a 15 anos de prisão.

As demandas do movimento feminista não apenas repercutiram nos tribunais, mas também desempenharam um papel crucial para impulsionar a criação de políticas públicas voltadas ao combate da violência contra a mulher. Um marco notável foi a inauguração, em 6 de agosto de 1985, da primeira Delegacia de Proteção à Mulher na cidade de São Paulo. Essa iniciativa representou uma resposta direta às pressões e reivindicações do movimento feminista, indicando uma mudança no paradigma institucional em relação à violência de gênero.

Diante da implementação da nova política de criação de Delegacias de Proteção à Mulher, os movimentos feministas em outros estados do Brasil passaram a pleitear a replicação desse modelo. Esse esforço colaborativo culminou na criação da primeira delegacia especializada em 27 de setembro de 1985, na capital do estado de Santa Catarina (SSP/SC, 2020a)<sup>3</sup>. Simultaneamente, uma iniciativa semelhante foi estabelecida na capital

<sup>2</sup> Historicamente, as motivações estavam relacionadas as conquistas da Segunda Onda do Feminismo, que teve início nos anos 1960, lutando pela liberdade sexual das mulheres e pela igualdade de gênero.

<sup>3</sup> No estado de Santa Catarina as Delegacias Especializadas atendem também crianças, adolescentes e idosos - Delegacia de Proteção a Criança, ao Adolescente, a Mulher e ao Idoso (DPCAMI).

do estado de Minas Gerais em 25 de novembro de 1985. Essa expansão progressiva resultou na implementação de outras delegacias especializadas em diversos municípios, consolidando uma rede de apoio abrangente.

Entretanto, a implementação de tais delegacias enfrentou diversos desafios, uma vez que a legislação brasileira ainda não dispunha de leis que possibilitassem punições efetivas, levando ao arquivamento em muitos casos de denúncia. Como a participação das mulheres no Congresso Nacional no período era muito pequena, isso dificultava a aprovação de projetos de lei eficazes no combate à violência contra a mulher. Apenas com a promulgação da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), após denúncias à Organização dos Estados Americanos (OAS)<sup>4</sup> sobre casos negligenciados pelo Estado, é que as situações de violência contra a mulher começaram a ser tratadas de maneira mais séria.

Desde a aprovação da referida lei, seguindo suas recomendações, governos Federal, Estaduais e Municipais, bem como órgãos públicos - Polícia Civil, Ministério Público, Tribunais de Justiça - reúnem esforços a partir de suas competências para reduzir (e idealmente erradicar) a violência contra a mulher. Em busca, de unificar as unidades competentes, foi criada a Rede Lilás, que representa uma rede de apoio multidisciplinar às vítimas de violência doméstica e familiar<sup>5</sup>.

Nesse contexto, a Polícia Civil, em colaboração com outros órgãos competentes em vários estados brasileiros, tem introduzido a Sala Lilás nas delegacias, visando criar um ambiente acolhedor para mulheres vítimas de violência doméstica. A Sala Lilás emerge como uma alternativa mais econômica<sup>6</sup>, complementando as atividades das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (DEAMs). A iniciativa visa superar as limitações das atuais DEAMs, que não conseguem operar 24 horas por dia e nos finais de semana devido à escassez de efetivo, o que representa um obstáculo para as denúncias.

A Sala Lilás reflete um esforço conjunto para oferecer um espaço seguro e sensível, promovendo um ambiente encorajador para o registro de casos de violência contra mulheres, reduzindo a subnotificação desses. Este espaço oferece instalações físicas mais acolhedoras, como brinquedoteca e banheiro com chuveiro, e garante maior privacidade às vítimas, minimizando a exposição a terceiros presentes na delegacia. Sobretudo, a designação preferencial de uma policial mulher e de uma assistente social para os atendimentos nesse ambiente não apenas assegura uma maior empatia e compreensão, mas também facilita o encaminhamento adequado das vítimas para a rede de apoio necessária.

Em Santa Catarina, o marco inaugural da primeira Sala Lilás ocorreu em 22 de dezembro de 2020, situada na 7ª Delegacia de Polícia Civil, na região norte da capital do

<sup>4</sup> A *Organization of American States* (Organização dos Estados Americanos) é responsável pela manutenção dos direitos e acordos internacionais.

<sup>5</sup> A definição de violência doméstica é explicitada na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), como “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

<sup>6</sup> Considerando os custos associados ao estabelecimento de uma nova delegacia, bem como os custos contínuos de manutenção.

estado<sup>7</sup> (SSP/SC, 2020b). Desde então, a Delegada Patrícia Zimmermann D'Ávila, coordenadora das Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMIs), em colaboração com as instâncias competentes, tem progressivamente implementado essa política em outras delegacias catarinenses, totalizando, até o momento, a criação de 21 Salas Lilás no estado.

Subsequentemente, após a implementação das Salas Lilás, os relatórios indicam um aumento nos registros de violência contra a mulher, conforme documentado por fontes como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023b) e a Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023a). Esses resultados sugerem uma possível redução da subnotificação, uma vez que não seria lógico atribuir o aumento das ocorrências à política em si.

A subnotificação ou subregistro refere-se a característica do método de coleta dos dados que resulta na contagem observada (notificada) subestimar, em média, o número real de eventos (Cameron; Trivedi, 2013), formalmente definida por Gelman *et al.* (2014) como uma forma de dados ausentes não intencionais. Isso consiste um fenômeno comum em diversas áreas, como criminologia (Briz-Redón, 2024; Buil-Gil; Moretti; Langton, 2021; Moreno; Girón, 1998), saúde (Oliveira *et al.*, 2021; Stoner; Economou; Silva, 2019) e ausência no trabalho (Delgado; Kniesner, 1997; Winkelmann, 1996). Reduzir subnotificação em quaisquer áreas é fundamental, não apenas para otimizar a eficácia das políticas já em vigor, mas também para fundamentar o desenvolvimento de novas abordagens.

No âmbito dos registros de violência contra a mulher nas unidades da Polícia Civil o aumento dos registros pode potencialmente resultar na diminuição dos crimes no futuro. Isso ocorre porque os perpetradores enfrentarão o Sistema de Justiça e as unidades policiais poderão tomar as medidas cabíveis ao serem informadas. Esse registros desencadeiam a implementação de ações abrangentes, que vão desde medidas preventivas até investigações, enquadramento legal e, quando aplicável, adoção de medidas de proteção (CNJ, 2016). Dessa forma, o aumento nos registros não apenas reflete uma maior visibilidade dos casos, mas também sugere uma resposta mais eficaz e uma abordagem mais proativa na prevenção e combate à violência de gênero.

Esta pesquisa apresenta um panorama da violência contra a mulher e as estimativas da subnotificação em Santa Catarina. A análise descritiva da base de dados da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC) fornece *insights* sobre eventos, perfil das vítimas e dos autores e análise espacial. A análise das características dos eventos revela que a maioria das incidências ocorre no ambiente doméstico. A concentração de casos nos fins de semana e em determinados horários sugere uma relação com a dinâmica cotidiana. Identifica-se, também, a prevalência de casos sem lesões físicas e a predominância de agressões psicológicas.

---

<sup>7</sup> A escolha estratégica da localização também integrou a Operação Verão Seguro, visando atender à expressiva demanda turística na região durante esse período do ano.

Ao analisar o perfil das vítimas, observou-se uma concentração significativa na faixa etária reprodutiva. O estado civil das vítimas, marcado por uma parcela considerável de mulheres solteiras, sugerindo uma possível influência dos términos de relacionamentos. Os agressores, por sua vez, apresentam padrões semelhantes de faixa etária. A predominância de agressores e vítimas brancos e brasileiros reflete a composição demográfica do estado. Além disso, a sobreposição de dados socioeconômicos com a incidência de violência aponta para desigualdades estruturais. A complexidade do fenômeno também se reflete nas motivações dos agressores, com destaque para motivações passionais, alcoolismo e desavenças.

A análise geoespacial destaca padrões significativos de violência nas regiões Oeste e Serrana, com índices alarmantes superiores a 600 casos por 10 mil mulheres. As taxas de agressões físicas, violência psicológica e estupros superam 195, 300 e 24 casos por 10 mil mulheres, respectivamente. As estimativas de subnotificação em Santa Catarina, a partir da Pesquisa Nacional da Saúde, revelam magnitudes superiores a 90% para violência física, quando comparadas com os registros do FBSP e da SSP/SC. A implementação da Sala Lilás nas delegacias tem um impacto positivo potencial na redução da subnotificação e na punição dos crimes. Contudo, a persistente subnotificação sublinha a necessidade de políticas públicas adicionais que incentivem as denúncias e ofereçam suporte adequado às vítimas.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA

Aprofundar-se na compreensão da violência contra a mulher em Santa Catarina implica desvendar os intricados fios que conectam fatores estruturais, culturais e econômicos que influenciam tanto as ocorrências como a subnotificação. O cenário preocupante da subnotificação abrange várias formas de violência, incluindo o estupro, que se destaca como uma das manifestações mais graves. No âmbito nacional, ocorrem 822 mil estupros<sup>8</sup> a cada ano, ou seja, quase dois por minuto, entretanto, apenas 8,5% dos estupros estão sendo identificados pelo sistema policial e 4,2% pelo sistema de saúde. Em Santa Catarina, foram estimados 13.746 mil casos, enquanto o Fórum Brasileiro de Segurança Pública teve registro de 4.298 boletins de ocorrência<sup>9</sup>. Essa discrepância reflete uma significativa subnotificação de 68,73% no Estado (IPEA, 2023).

Este estudo apresenta uma análise detalhada das estatísticas descritivas dos dados de violência contra a mulher em Santa Catarina, caracterizando analiticamente os eventos, vítimas e agressores. Além disso, estima a subnotificação das agressões físicas e tentativas de estupro a partir da Pesquisa Nacional da Saúde (PNS). A pesquisa proposta baseia-se

<sup>8</sup> Estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir da Pesquisa Nacional da Saúde (PNS) de 2019, do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) e dos registros policiais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

<sup>9</sup> Nas estimativas, bem como os registros do sistema policial são considerados apenas maiores de 18 anos.

em microdados exclusivos dos crimes de violência contra a mulher, disponibilizados pela Coordenadoria das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso de Santa Catarina, e pela Diretoria de Inteligência da Polícia Civil de Santa Catarina, por meio da parceria entre estes órgãos e a Universidade Federal de Santa Catarina.

## 1.2 OBJETIVOS

Esta seção apresenta os objetivos gerais e específicos do presente estudo.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Compreender e analisar a violência contra a mulher em Santa Catarina, identificando os fatores estruturais, culturais e econômicos que influenciam sua ocorrência e subnotificação e, estimar a extensão real do problema com base nas variáveis da Pesquisa Nacional da Saúde.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar o arcabouço estrutural, cultural e econômico que influenciam os crimes de violência contra a mulher e as causas da subnotificação nos registros dos Sistemas de Segurança Pública;
- b) Caracterizar analiticamente autores, vítimas e fatos, a partir das estatísticas descritivas e;
- c) Estimar a subnotificação da violência contra a mulher a partir das variáveis da Pesquisa Nacional da Saúde.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Os resultados deste estudo representam uma contribuição significativa para o avanço do conhecimento sobre a violência contra a mulher em Santa Catarina. A análise dos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC) permite caracterizar de forma abrangente os eventos de violência, suas vítimas e os autores envolvidos. Essa caracterização detalhada oferece insights valiosos sobre a natureza e a magnitude desses incidentes e identifica o perfil dos envolvidos, fornecendo um panorama abrangente que pode informar políticas públicas e intervenções preventivas mais eficazes. Além disso, por meio da estimação da subnotificação das violências contra a mulher no estado de Santa Catarina, o trabalho oferece uma perspectiva mais abrangente sobre a extensão real desse problema.

Importante destacar que, apesar do crescente número de estudos sobre violência contra a mulher (Capaldi *et al.*, 2012; Flood; Pease, 2009; Polettini; Arima; Martino, 2023),

a literatura econômica que se dedica a análise de dados de violência contra a mulher, especificamente no Brasil, ainda é escassa. Nesse sentido, o presente estudo não apenas contribui com análises específicas para o contexto de Santa Catarina, mas também enriquece o debate na literatura econômica empírica. Sua metodologia e descobertas podem servir como base para estudos semelhantes em outras localidades, promovendo uma compreensão mais abrangente e aprofundada desse fenômeno crucial. Essa contribuição significativa destaca a relevância deste estudo para o avanço do conhecimento e aprimoramento das políticas de combate à violência contra a mulher.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

No próximo capítulo, Capítulo 2, discute-se o arcabouço estrutural, cultural e econômico que influencia nas ocorrências dos crimes de violência contra a mulher e nas causas da subnotificação nos registros dos Sistemas de Segurança Pública. O Capítulo 3 apresenta-se as fontes de dados e a metodologia adotada. No Capítulo 4, realiza-se uma caracterização analítica dos autores, vítimas e fatos, por meio das estatísticas descritivas e, apresenta-se as estimativas de subnotificação da violência contra a mulher, com base nas variáveis da Pesquisa Nacional da Saúde. Finalmente, no Capítulo 5, desenvolve-se as conclusões do estudo, sintetizando os principais achados e implicações das análises realizadas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da conjuntura socioeconômica que impacta a incidência dos casos de violência contra a mulher e as denúncias possibilita a análise e interpretação que incorpora não apenas os indicadores, mas também o arcabouço estrutural, cultural e econômico. Neste capítulo constrói-se a base para compreensão desses fenômenos, explorando as relações econômicas e sociais desses crimes.

### 2.1 DETERMINANTES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E DA SUBNOTIFICAÇÃO

Capaldi *et al.* (2012) realizaram uma revisão abrangente da literatura sobre os preditores de violência por parceiros íntimos (VPI), analisando 208 artigos. No que diz respeito aos fatores demográficos de risco, a idade mais jovem, a privação socioeconômica (incluindo desemprego e baixos rendimentos) e pertencer a grupos minoritários foram identificados como preditores significativos de VPI. Quanto aos fatores de proteção, a parentalidade positiva, como o envolvimento e apoio dos pais na vida do adolescente, foi destacada como um preditor robusto de comportamento não violento e baixa incidência de VPI. Além disso, o apoio social e a ajuda tangível foram associados à redução tanto da perpetração quanto da vitimização. Na adolescência, o envolvimento com pares agressivos foi identificado como um forte preditor de envolvimento em agressões no namoro, enquanto uma maior qualidade nas amizades representou um fator de proteção.

Problemas de conduta e comportamento antissocial surgiram como fatores de risco substanciais para o envolvimento em VPI tanto em homens quanto em mulheres, embora a associação entre sintomas depressivos e VPI não tenha sido tão robusta. Quanto ao uso de substâncias, embora houvesse alguma evidência de associação entre uso de álcool e VPI, essa relação não foi consistente, enquanto o uso de drogas apresentou uma associação mais forte. Relativamente ao estado de relacionamento, indivíduos casados foram identificados como tendo menor risco de VPI, enquanto mulheres separadas foram consideradas particularmente vulneráveis (Capaldi *et al.*, 2012).

Flood e Pease (2009) conduziram uma análise abrangente sobre o impacto das atitudes, concluindo que existem evidências consistentes que associam atitudes favoráveis à violência com comportamentos violentos, tanto em nível individual quanto comunitário. Homens com visões tradicionais e misóginas sobre papéis de gênero são mais propensos a praticar violência conjugal, enquanto jovens que endossam crenças favoráveis ao estupro têm maior probabilidade de serem coercivos sexualmente. Além disso, as respostas das mulheres à violência, moldadas por suas próprias atitudes e pelas percepções sociais, afetam sua disposição para denunciar incidentes às autoridades e buscar ajuda. As atitudes não apenas afetam a resposta das vítimas à violência, mas também influenciam as respostas dos outros, como familiares, amigos e profissionais. Indivíduos com atitudes mais favoráveis à violência tendem a mostrar menos empatia às vítimas, atribuir mais culpa a elas e ser

menos propensos a relatar os incidentes à polícia. Essas atitudes também moldam as respostas formais das instituições e profissionais, afetando o tratamento dado às vítimas nos sistemas judiciário e de assistência social.

Polettini, Arima e Martino (2023) investigam os fatores que influenciam o risco de violência contra a mulher e a probabilidade de denúncia na Itália, com foco nos anos de 2019 e 2020. Utilizando dados de diferentes fontes, como o Índice de Privação Social<sup>10</sup> e a Pesquisa de Segurança das Mulheres de 2014<sup>11</sup>, os pesquisadores identificaram padrões significativos. Para o ano de 2019, observou-se que o Índice de Privação Social teve um forte impacto positivo no risco de violência, enquanto a confiança no sistema judiciário teve uma influência significativa na probabilidade de denúncia. Por outro lado, em 2020, esses padrões foram mantidos, com o Índice de Privação Social mostrando um impacto ainda mais forte no risco de violência. Além disso, observou-se uma maior inflação na contagem de casos não reportados em algumas regiões, especialmente no sul da Itália, durante esse período.

Os achados relacionados aos fatores determinantes da violência contra a mulher e à subnotificação ressaltam a complexidade intrínseca desse fenômeno social. Contudo, uma análise abrangente deve incorporar uma perspectiva econômica, a fim de capturar outros aspectos relevantes relacionados à economia do crime. Na próxima seção, serão discutidos esses fatores adicionais, os quais desempenham um papel crucial na compreensão mais profunda da dinâmica da violência contra a mulher.

## 2.2 ECONOMIA DO CRIME

A análise econômica do fenômeno criminal tem seu ponto de partida com a obra pioneira de Becker (1968), intitulada “Crime e Punição: uma abordagem econômica”<sup>12</sup>, na qual o autor apresenta uma abordagem inovadora sobre o tema. A obra de Becker estabeleceu um marco importante na análise econômica do fenômeno criminal, proporcionando uma base teórica sólida para pesquisas subsequentes e fornecendo *insights* relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes no combate à criminalidade. A discussão das interações entre a economia e o crime, explorada nessa seção, fornece subsídios

---

<sup>10</sup> O Índice de Privação Social (Social Deprivation Index) é uma medida composta de sete características demográficas obtidas a partir do American Community Survey (ACS). Essas características incluem a porcentagem da população que vive na pobreza, a porcentagem com menos de 12 anos de escolaridade, a porcentagem de agregados familiares monoparentais, entre outros. O SDI é calculado em quatro áreas geográficas diferentes: município, setor censitário, ZCTA (código postal generalizado) e PCSA (área de atendimento de atenção primária). As pontuações do SDI estão disponíveis para várias áreas geográficas, incluindo condados, setores censitários, ZCTAs e PCSAs (Center, 2021).

<sup>11</sup> Survey on Women’s Safety. A pesquisa é um inquérito por amostragem dedicado a entrevistar mulheres com idades compreendidas entre os 16 e os 75 anos sobre diversas formas de violência (psicológica, econômica, física, sexual, perseguição), por parte de parceiros (atuais e antigos) e não parceiros. A pesquisa aborda diversos temas como dinâmicas, causas e efeitos da violência contra as mulheres (FRA, 2014).

<sup>12</sup> *Crime and Punishment: An Economic Approach*.

para a compreensão do fenômeno.

### 2.2.1 Custo de oportunidade, incentivos e restrições

A análise econômica do crime, delineada por Becker (1968), fundamenta-se na teoria da maximização da utilidade dos indivíduos. Segundo essa abordagem, as decisões criminais são tomadas com base na avaliação dos custos e benefícios, seguindo a lógica do comportamento racional dos agentes econômicos. Fatores como as probabilidades de detecção e punição, os ganhos esperados do crime e as alternativas disponíveis no mercado legal influenciam a decisão de cometer um delito. Dessa forma, a análise dos incentivos e das políticas de punição é crucial para a prevenção e redução do crime.

Embora o trabalho de Gary Becker não tenha abordado especificamente a violência contra a mulher, as perspectivas econômicas desenvolvidas pelo autor podem ser aplicadas para compreender e analisar fenômenos relacionados a esses crimes. Por exemplo, a partir da abordagem de custo-benefício, é possível examinar os custos e benefícios percebidos pelos perpetradores dessas violências. Os custos podem incluir as possíveis penalidades legais, perda de reputação, custos emocionais e financeiros associados à perpetração do crime, enquanto, os benefícios podem ser relacionados ao controle e poder exercido sobre a vítima, a expressão de sentimentos, como raiva ou rejeição, entre outros fatores. A função proposta na equação Equação (1) relaciona o número de crimes cometidos por um indivíduo à sua probabilidade de condenação, à punição em caso de condenação e outras variáveis, como a frequência de detenções insignificantes e a disposição do indivíduo para cometer um crime.

$$O_j = O_j(p_j, f_j, u_j). \quad (1)$$

Na equação apresentada,  $O_j$  representa o número de crimes cometidos por um indivíduo em um determinado período de tempo. Aqui,  $p_j$  denota a probabilidade de condenação,  $f_j$  representa a punição por crime e  $u_j$  é uma variável que captura outras influências relevantes. No entanto, é importante destacar que somente os infratores condenados estão sujeitos à punição, o que resulta em uma situação de “discriminação de preços”<sup>13</sup> e incerteza.

No contexto deste modelo, a punição pelo crime é representada pelo “preço”  $f_j$ . Um aumento em  $p_j$  ou  $f_j$  levaria a uma redução na utilidade esperada de cometer um crime, já que tanto a probabilidade de ser “penalizado” quanto o próprio custo aumentariam. Portanto, um aumento em  $p_j$  ou  $f_j$  desencorajaria a prática de crimes, uma vez que os custos associados se tornariam mais elevados. A ideia de que “o crime compensa” é uma consequência das atitudes dos infratores em relação ao risco e não está diretamente relacionada à eficiência das forças policiais ou ao montante gasto no combate ao crime.

<sup>13</sup> Na teoria econômica, a discriminação de preços ocorre quando o valor de um bem ou serviço difere entre diferentes indivíduos, devido a fatores como localização geográfica, idade ou outros critérios.

No entanto, se houvesse preferências ambivalentes em relação ao risco, ou seja, se o risco fosse preferido em certos valores de  $p$  e  $f$  e, evitado em outros, a política pública poderia influenciar se “o crime compensa” por meio da escolha apropriada desses valores (Becker, 1968).

Nesse cenário, os delitos são categorizados em duas vertentes, de acordo com a literatura especializada: 1) crimes de natureza econômica, perpetrados com o objetivo de obter ganhos financeiros ou materiais; 2) crimes de natureza não econômica, relacionados a fatores pessoais, emocionais, ideológicos, vingança, ódio, poder, influência social, entre outros. No primeiro grupo, as transações econômicas estabelecem um “mercado” paralelo, desenvolvendo atividades concomitantes à economia legalizada<sup>14</sup>. Já no segundo grupo, embora não exista objetivos econômicos diretos, ele acarreta impactos negativos sobre a sociedade, resultando em custos passíveis de quantificação, bem como em danos incalculáveis (Becker, 1968; Czabanski, 2008). Esses custos serão apresentados na próxima subseção.

### 2.2.2 Quanto vale a vida de uma mulher?

No contexto da análise do custo total do crime, é importante destacar que o valor estatístico da vida desempenha um papel fundamental. Essa medida representa o valor monetário atribuído a cada vida humana perdida devido a homicídios e outros atos criminosos portanto considerado o componente mais significativo em termos de custo no contexto geral da avaliação do crime (Czabanski, 2008).

Nos casos de violência contra a mulher, é importante considerar os custos econômicos e sociais associados. Por exemplo, nos casos de feminicídios, essas vítimas, muitas vezes assassinadas por seus parceiros íntimos deixam filhos menores de idade que precisam de cuidados e tutela. Nesse cenário, em que a mãe faleceu e o perpetrador é o pai das crianças, surgem custos que são atribuídos a terceiros: quem assumirá a responsabilidade de cuidar desses menores? Geralmente, essa responsabilidade recai sobre parentes próximos, como tios, avós ou irmãos mais velhos. E, na ausência desses familiares, o Estado assume a tutela dos órfãos, colocando-os em abrigos.

Esses custos incluem não apenas aspectos materiais, despesas com saúde e ausência no trabalho, mas também implicações psicológicas e emocionais significativas. Em alguns casos, os filhos das vítimas (crianças e adolescentes, na maioria das vezes) testemunharam as agressões e nos casos mais graves o assassinato da mãe, o que agrava ainda mais os impactos. Embora seja possível calcular os custos médicos relacionados ao tratamento e ao cuidado dessas mulheres e crianças, é importante ressaltar que o custo do trauma sofrido por elas é incalculável<sup>15</sup>. Os danos emocionais podem ter efeitos de longo prazo, afetando

<sup>14</sup> Essas motivações não são abordadas neste trabalho, uma vez que descaracterizam a tipificação dos crimes de violência doméstica.

<sup>15</sup> Embora, existam algumas abordagens que utilizam aproximações dessas estimativas, ver Cohen (1988), elas possuem muitas limitações. Por exemplo, a dor e sofrimento é sentida de diferentes formas pelos

o bem-estar e o desenvolvimento desses indivíduos ao longo de suas vidas (Cohen, 2005; Czabanski, 2008).

---

indivíduos, da mesma forma, que as respostas individuais aos traumas são distintas.

### 3 DADOS E MÉTODO

Este capítulo detalha minuciosamente os dados utilizados no estudo, fornecendo uma apresentação criteriosa de suas fontes. Inicialmente, é oferecida uma descrição pormenorizada da origem das informações, destacando a importância de cada fonte em relação aos objetivos específicos do estudo, garantindo assim a transparência e a fundamentação das escolhas metodológicas. Em seguida, é delineada a metodologia adotada de maneira clara e rigorosa. São descritos os procedimentos estatísticos e as abordagens analíticas.

#### 3.1 DADOS

Os dados exclusivos dos boletins de ocorrência referentes à violência contra a mulher foram fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC)<sup>16</sup>, por meio do termo de cooperação técnica 001/2021<sup>17</sup> (ALESC, 2021). Seguindo a metodologia utilizada pelo IPEA (2023) para calcular a subnotificação dos crimes de estupro, recorreu-se aos dados da Pesquisa Nacional da Saúde<sup>18</sup> (PNS) de 2019 e do Anuário de Segurança Pública de 2021 (FBSP, 2021). Os dados oriundos da PNS foram extraídos da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), concentrando-se no módulo Violência (V).

#### 3.2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica delineada neste estudo compreende duas subseções: a Seção 3.2.1 que detalha a limpeza e organização da base de dados, e a Seção 3.2.2, que descreve os métodos para estimação da subnotificação da violência contra a mulher em Santa Catarina. Tal metodologia foi concebida com o intuito de assegurar a integridade dos dados e a precisão das análises subsequentes.

##### 3.2.1 Limpeza e organização da base de dados

Uma etapa crucial desta pesquisa envolveu a organização metódica da base de dados fornecida pela Secretaria de Segurança Pública (SSP/SC), cuja descrição detalhada é apresentada no Quadro 1. Inicialmente, as variáveis foram agrupadas de acordo com critérios específicos, conforme detalhado no Apêndice A, visando facilitar análises compreensíveis e eficazes.

<sup>16</sup> A base de dados compreende o período de 01/07/2021 a 01/09/2023.

<sup>17</sup> Essa parceria foi firmada entre a SSP/SC, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e outras instituições com o propósito de enriquecer o acervo do Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina.

<sup>18</sup> A Pesquisa Nacional de Saúde coleta informações sobre o desempenho do sistema nacional de saúde no que se refere ao acesso e uso dos serviços disponíveis e à continuidade dos cuidados, bem como sobre as condições de saúde da população, a vigilância de doenças crônicas não transmissíveis e os fatores de risco a elas associados (IBGE, 2013).

Em seguida, os dados foram enriquecidos através do cruzamento com informações de geolocalização dos municípios catarinenses<sup>19</sup>, para permitir análises espaciais. Além disso, foram adicionadas variáveis indicadoras (“*dummies*”) para capturar informações relevantes, como a implementação da Sala Lilás e a ocorrência de casos com múltiplos autores ou vítimas, bem como informações sobre a renda das vítimas<sup>20</sup>.

Posteriormente, todas as variáveis qualitativas foram transformadas em variáveis categóricas, seguindo procedimentos padronizados de codificação. Em seguida, foi realizado o cômputo da quantidade de casos registrados em cada delegacia por dia. Finalmente, os dados de séries temporais foram transformados em dados de corte, calculando-se a média das variáveis para cada delegacia em cada dia. Esse processo criou indivíduos representativos e um índice que relaciona cada delegacia em cada dia, permitindo uma análise mais robusta e eficaz das relações entre as variáveis de interesse.

---

<sup>19</sup> Dados do Censo 2022 contendo as geolocalizações das delegacias foram publicados recentemente, permitindo em etapa posterior a incorporação dessas informações na pesquisa.

<sup>20</sup> A dummy renda foi considerada como 1, uma pessoa potencialmente sem renda, caso no momento do registro do boletim de ocorrência a vítima foi identificada como estudante, do lar ou desempregada.

Quadro 1 – Variáveis da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

<b>d_sl</b>	dummy da Sala Lilás: 1, presença da Sala Lilás (um dia após a inauguração) 0, caso contrário
<b>del_ind</b>	índice das delegacias: 01, delegacia 0 no dia 1 02, delegacia 0 no dia 2 ... ik, delegacia i, no k-ésimo dia
<b>d_vít</b>	dummy quantidade de vítimas: 0, casos com uma vítima 1, casos com mais de uma vítima
<b>d_aut</b>	dummy quantidade de autores: 0, casos com um autor 1, casos com mais de um autor
<b>dia</b>	1, segunda 2, terça ... 7, domingo
<b>h</b>	0, 00:00 - 00:59 1, 01:00 - 01:59 ... 23, 23:00 - 23:59
<b>d_r</b>	dummy renda das vítimas: 0, vítimas com renda 1, vítimas sem renda
<b>vc</b>	cor da vítima: 1, branca 2, preta ou parda 3, amarela ou indígena
<b>ev</b> <b>ea</b>	escolaridade da vítima (ev) e do autor (ea): 1, não alfabetizado 2, ensino fundamental incompleto 3, ensino fundamental completo 4, ensino médio incompleto 5, ensino médio completo 6, ensino superior incompleto 7, ensino superior completo
<b>vi</b> <b>ai</b>	idade da vítima (vi) e do autor (ai)
<b>contagem</b>	quantidade de casos registrados na delegacia i, no dia no dia t
<b>geocódigo</b>	código da delegacia i do município j no IBGE
<b>latitude</b>	latitude do município j
<b>longitude</b>	longitude do município j

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina - SSP/SC.

Essa abordagem cuidadosa na organização e preparação dos dados é fundamental para garantir a qualidade e a confiabilidade das análises realizadas, contribuindo para resultados sólidos e conclusões significativas.

### 3.2.2 Estimação da subnotificação das violências em Santa Catarina

O IPEA (2023) realizou uma estimativa crucial sobre a subnotificação de estupro nos estados brasileiros, comparando as projeções da Pesquisa Nacional da Saúde (PNS) de 2019<sup>21</sup> com a incidência de boletins de ocorrência registrados em 2019 para estupro e estupro de vulnerável, conforme informado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021. O resultado revelou uma substancial subnotificação de 68,73% nesses casos específicos (IPEA, 2023).

No escopo deste estudo será adotada uma abordagem semelhante para estimar a subnotificação de agressões físicas contra mulheres e tentativas de estupro. Utiliza-se os dados do Anuário de 2021 (FBSP, 2021) e da Secretaria de Segurança Pública em conjunto com as informações da PNS 2019. Para as agressões físicas, os boletins de ocorrência de lesão corporal dolosa - violência doméstica<sup>22</sup> do Anuário e os agrupamentos de agressão física da base de dados da SSP/SC serão comparados com o agrupamentos das variáveis da PNS, detalhados na Seção 4.1.3. Para as tentativas de estupro, a variável V02701, que corresponde à pergunta: “Nos últimos doze meses, alguém: tocou, manipulou, beijou ou expôs partes do seu corpo contra sua vontade?”, será confrontada com os registros de tentativa de estupro e tentativa de estupro de vulnerável.

As estimativas da subnotificação das violências contra a mulher foram realizadas por meio da seleção das variáveis de interesse, focadas no módulo de violência da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019. O código implementado para essa análise está disponível no Apêndice B. As variáveis específicas utilizadas foram detalhadas no Quadro 2.

---

<sup>21</sup> As estimativas são calculadas considerando a quantidade de respostas “Sim” da variável V02702 (“Nos últimos doze meses, alguém: Te ameaçou ou forçou a ter relações sexuais ou quaisquer outros atos sexuais contra sua vontade?”) ponderadas pelo peso do morador selecionado.

<sup>22</sup> Esta variável é definida pelo FBSP (2021) como “todo ato de violência física praticado contra a mulher no ambiente familiar”.

Quadro 2 – Variáveis selecionadas da PNS.

<b>V01401</b>	Nos últimos doze meses, alguém: Te deu um tapa ou uma bofetada?
<b>V01402</b>	Nos últimos doze meses, alguém: Te empurrou, segurou com força ou jogou algo em você com a intenção de machucar?
<b>V01403</b>	Nos últimos doze meses, alguém: Te deu um soco, chutou ou arrastou pelo cabelo?
<b>V01404</b>	Nos últimos doze meses, alguém: Tentou ou efetivamente estrangulou, asfixiou ou te queimou de propósito?
<b>V02701</b>	Nos últimos doze meses, alguém: tocou, manipulou, beijou ou expôs partes do seu corpo contra sua vontade
<b>V02702</b>	Nos últimos doze meses, alguém: Te ameaçou ou forçou a ter relações sexuais ou quaisquer outros atos sexuais contra sua vontade?

Fonte: IBGE (2022a).

Para facilitar a comparação com os dados do Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2021), foram realizados agrupamentos das variáveis relacionadas à agressão física: V01401, V01402, V01403 e V01404. Além disso, para fins de verificação, também foi estimado o estupro, cujo resultado coincidiu com o apresentado pelo IPEA (2023).

## 4 RESULTADOS

Este capítulo delinea os resultados da pesquisa. A ??, detalha a organização da base de dados, a Seção 4.1, apresenta as análises estatísticas descritivas dos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC) e a Seção 4.2 mostra as estimativas da subnotificação de agressão física, tentativa de estupro e estupro a partir da Pesquisa Nacional da Saúde (PNS).

As estatísticas descritivas fornecem um panorama inicial dos dados, oferecendo *insights* sobre suas características fundamentais. Essas análises sumárias contribuem para uma compreensão mais profunda do conjunto de dados. Enquanto, as estimativas da PNS revelam a magnitude da subnotificação desses crimes, destacando a discrepância entre os incidentes relatados oficialmente e aqueles identificados por meio de pesquisas populacionais.

### 4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Na base de dados, identificou-se diversas categorias em certas variáveis. Assim, visando otimizar as análises, procedeu-se com agrupamentos estratégicos, conforme detalhado no Apêndice A. A análise descritiva da base de dados da SSP/SC se subdivide três partes distintas: a Seção 4.1.1, que delinea as características dos eventos; a Seção 4.1.2, que oferece uma exposição sobre o perfil das vítimas; a Seção 4.1.3, que expõe as características dos perpetradores; e a Seção 4.1.4, que mapeia as agressões físicas, psicológicas e estupros nos municípios catarinenses.

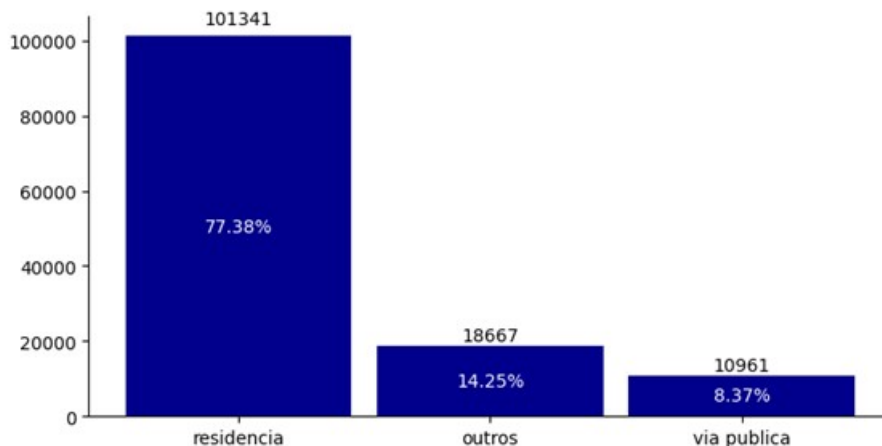
#### 4.1.1 Características dos fatos

Na Figura 1, destaca-se a predominância das incidências de violência contra mulheres em Santa Catarina concentrada no ambiente domiciliar, representando expressivos 77,38% dos casos. Em contrapartida, as ocorrências em vias públicas correspondem a 8,37%, enquanto outros locais representam uma parcela de 14,25%.

A Figura 2 revela que as áreas mais intensamente coloridas refletem uma frequência mais elevada de incidentes, destacando-se especialmente nos finais de semana e nos horários compreendidos entre 17 e 02 horas<sup>23</sup>. Essa tendência persiste mesmo durante os demais dias da semana, com um acréscimo no intervalo entre 11 e 14 horas. Tais observações sugerem uma relação significativa com a dinâmica cotidiana, indicando que os momentos de maior incidência coincidem com períodos em que tanto as vítimas quanto os autores estão em casa. Especificamente, os horários pós-trabalho e de almoço emergem como momentos críticos, alinhando-se de maneira consistente com os achados da Figura 1, que evidencia a predominância de casos ocorridos nas residências.

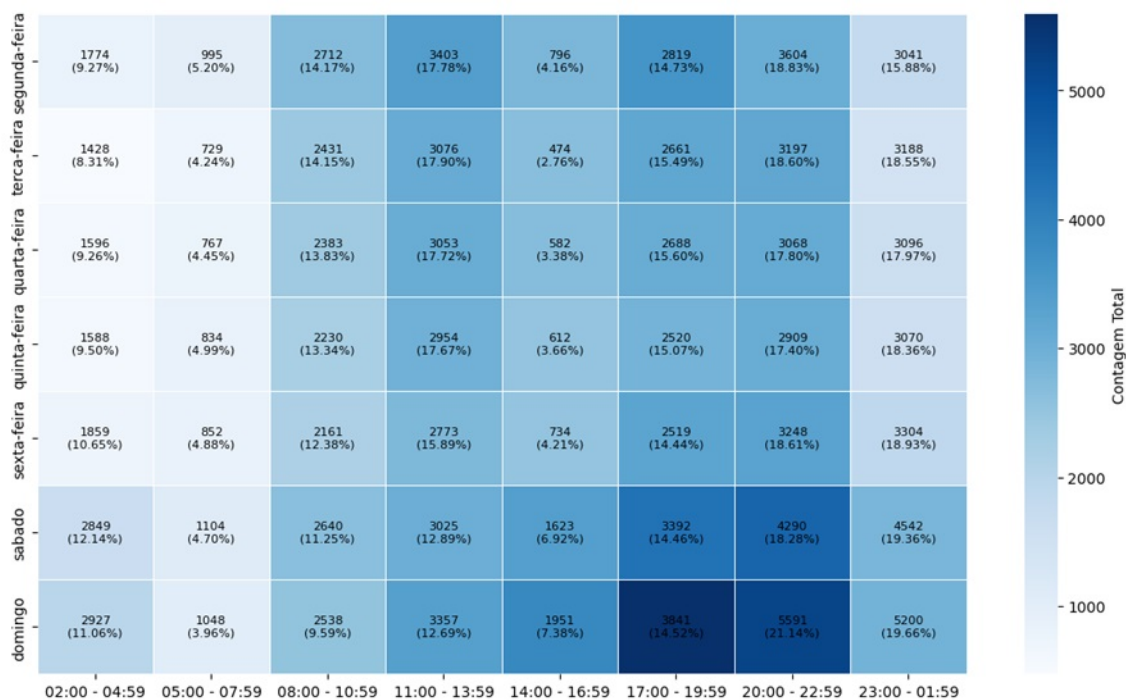
<sup>23</sup> Os dias e horários referem-se à ocorrência dos eventos, não ao momento do registro.

Figura 1 – Distribuição de frequência dos locais.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 2 – Distribuição de frequência dos dias da semana e horários.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na Tabela 1, destaca-se que uma proporção substancial de vítimas, totalizando 91,13%, não apresenta lesões físicas, sugerindo a prevalência de denúncias associadas à violência psicológica, caracterizadas por ameaças, xingamentos e humilhações. Paralelamente, as lesões leves e graves ou gravíssimas compreendem 5,98% dos registros, emergindo como a segunda categoria mais recorrente nas denúncias. Esses achados sugerem que a

subnotificação pode ser mais pronunciada nos casos de maior gravidade, com exceção dos incidentes fatais<sup>24</sup>. Essa informação é evidenciada também na tabela Tabela 2, onde os casos registrados com maior frequência são predominantemente associados à agressão psicológica e agressão física, totalizando 54,35% e 26,57%, respectivamente. A predominância de casos não lesivos e de lesões leves pode indicar uma relutância em reportar episódios mais severos, possivelmente atribuível a fatores como estigma social e medo de retaliação.

Tabela 1 – Contagem e percentuais da condição física das vítimas.

<b>Condição física</b>	<b>Contagem</b>	<b>Percentual</b>
Sem lesões	134738	91,134
Lesões leves	7133	4,825
Lesões graves ou gravíssimas	1705	1,153
Óbito	172	0,116
Outros	4098	2,772

Fonte: Elaborada pela autora.

<sup>24</sup> No Brasil, em casos de óbito, é obrigatória a emissão de um laudo médico atestando a causa da morte, e a notificação é compulsória.

Tabela 2 – Contagem e percentuais dos fatos.

<b>Fato</b>	<b>Contagem</b>	<b>Percentual</b>
Agressão psicológica	122390	54,345
Agressão física	59837	26,569
Descumprimento de medida protetiva	9767	4,337
Vias de fato	9412	4,179
Perseguição	4293	1,906
Estupro	4229	1,877
Violação de domicílio	1259	0,559
Feminicídio	865	0,384
Outras violências sexuais	718	0,319
Outros	12438	5,523

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 3 oferece um panorama das condições físicas dos autores, embora se deva notar que apenas 39,44% dos casos apresentam registros dessa informação. Esse cenário sugere que, em muitas instâncias, os autores podem não estar presentes no momento do registro. Dos casos em que as informações estão disponíveis, observa-se, como esperado, que a maioria, representando 62,90%, não apresenta lesões. Notavelmente, 21,06% exibem lesões leves, indicando o possível emprego de força física. Essa tendência é corroborada pela Tabela 4, que destaca que dos 41,92% dos meios empregados observados, 57,41% correspondem efetivamente ao uso de força física.

Tabela 3 – Contagem e percentuais da condição física dos autores.

<b>Condição física</b>	<b>Contagem</b>	<b>Percentual</b>
Sem lesões	46469	62,898
Lesões leves	15561	21,063
Sintomas de embriaguez	9108	12,328
Sob efeito de droga ilícita	1798	2,434
Lesões graves ou gravíssimas	400	0,541
Óbito	65	0,088
Outros	479	0,00053

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4 – Contagem e percentuais dos meios empregados.

<b>Meio empregado</b>	<b>Contagem</b>	<b>94423</b>
Agressão física	54206	57,408
Grave ameaça	10586	11,211
Arma branca	6045	6,402
Veículo automotor	646	0,684
Arma de fogo	508	0,538
Afogamento	31	0,033
Outro meio	22401	23,724

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 5, apesar de abarcar apenas 39,1% das observações, sendo 34,96% classificadas como “outros”, revela uma notável parcela de 32,99% associada a motivações passionais. Esta constatação sugere a persistência de padrões onde homens buscam, em certa medida, “justificar” comportamentos agressivos ao confundir erroneamente tais atitudes com expressões de amor.

Tabela 5 – Contagem e percentuais das motivações.

<b>Motivação</b>	<b>Contagem</b>	<b>Percentual</b>
Passional	29059	32,993
Alcoolismo	15278	17,346
Desavença	12801	14,534
Homofobia	82	0,093
Racismo	63	0,072
Outros	30794	34,963

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 6, mostra que 63,99% dos casos resultaram na instauração de inquéritos policiais. Essa tendência é plausível, considerando que, em muitas situações, as vítimas realizam as denúncias na ausência do agressor. Por outro lado, 29,02% dos casos envolveram prisão em flagrante, refletindo uma abordagem voltada para a punição imediata do perpetrador. Entretanto, o fato de apenas 45% dos casos resultarem em ações específicas pode indicar desafios no sistema policial, como a escassez de recursos humanos ou dificuldades na localização dos autores dentro do prazo de 24 horas.

Tabela 6 – Contagem e percentuais dos procedimentos policiais.

Procedimento Policial	Contagem	Percentual
Inquérito Policial	64853	63,989
Auto de Prisão em Flagrante	29412	29,020
Termo Circunstanciado	5445	5,372
Apuração de Ato Infracional	1509	1,489
Auto de Apreensão de Adolescente	131	0,129

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados apresentados nesta Subseção fornecem uma visão abrangente e detalhada da dinâmica da violência contra a mulher em Santa Catarina. As análises revelam não apenas a predominância de ocorrências no ambiente domiciliar e a prevalência de violência psicológica, mas também destacam padrões temporais específicos e a complexidade das motivações e consequências associadas a esses atos.

#### 4.1.2 Perfil das vítimas

Ao examinar a distribuição etária das vítimas, conforme ilustrado pela Figura 3, destaca-se uma concentração significativa de 84,58% na faixa etária situada entre 18 e 59 anos. Notavelmente, 52,77% dessas vítimas encontram-se na faixa etária de 25 a 44 anos, um período em que muitas mulheres estão potencialmente envolvidas em relações estáveis. Essa tendência é corroborada pela Figura 4a, que revela que 37,42% das vítimas se identificam como casadas ou em união estável.

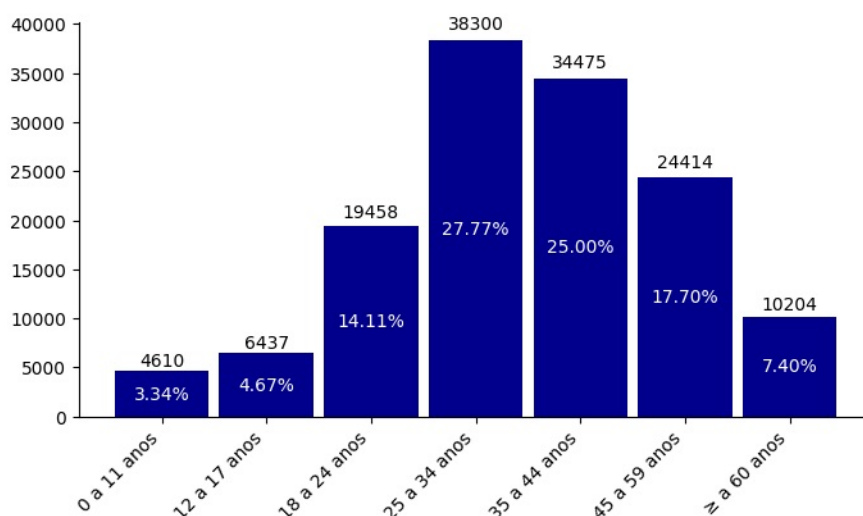
É importante salientar, no entanto, que o estado civil reportado pode ser interpretado de maneira complexa, especialmente no contexto de uniões informais. Cerca de 47,62% das vítimas se declaram solteiras, o que pode, de fato, refletir uniões não formalizadas. Além disso, uma parte dessas mulheres pode estar no término de relacionamentos, uma fase que, por vezes, resulta em violência quando os parceiros não aceitam o fim do vínculo.

A Figura 4b, revela que 74,86% das vítimas são identificadas como brancas. Tal observação está alinhada com a composição demográfica do estado de Santa Catarina, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do censo de 2022<sup>25</sup> (IBGE, 2023a), nos quais 77,46% das mulheres são autodeclaradas brancas. Essa congruência sugere uma representação proporcional das vítimas em relação à composição étnica da população feminina do estado.

A análise da Figura 4c evidencia uma expressiva predominância de 94,52% de vítimas do sexo feminino, destacando a focalização das análises na violência contra mulheres. Entretanto, observa-se a presença de 5,4% de vítimas do sexo masculino. Ao

<sup>25</sup> Cálculo a partir da Tabela 9606, extraída de: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9606> (IBGE, 2023a) e disponível no link: <https://shre.ink/tabelasibge>.

Figura 3 – Distribuição de frequência da faixa etária das vítimas.



Fonte: Elaborado pela autora.

explorar a amostra de casos do sexo masculino, nota-se que 26,66% desses casos correspondem a crianças e adolescentes. Os demais casos presumivelmente representam o grupo LGBTQQICAAPF2K+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curiosos, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink). Esses grupos também são considerados como parte integrante do público-alvo das políticas de enfrentamento a violência doméstica em vigor.

Na Figura 4d, é possível observar o país de nascimento das vítimas, sendo que 98,99% delas são brasileiras. Esse dado está em consonância com a composição populacional de Santa Catarina, uma vez que o estado possui uma presença relativamente reduzida de imigrantes.

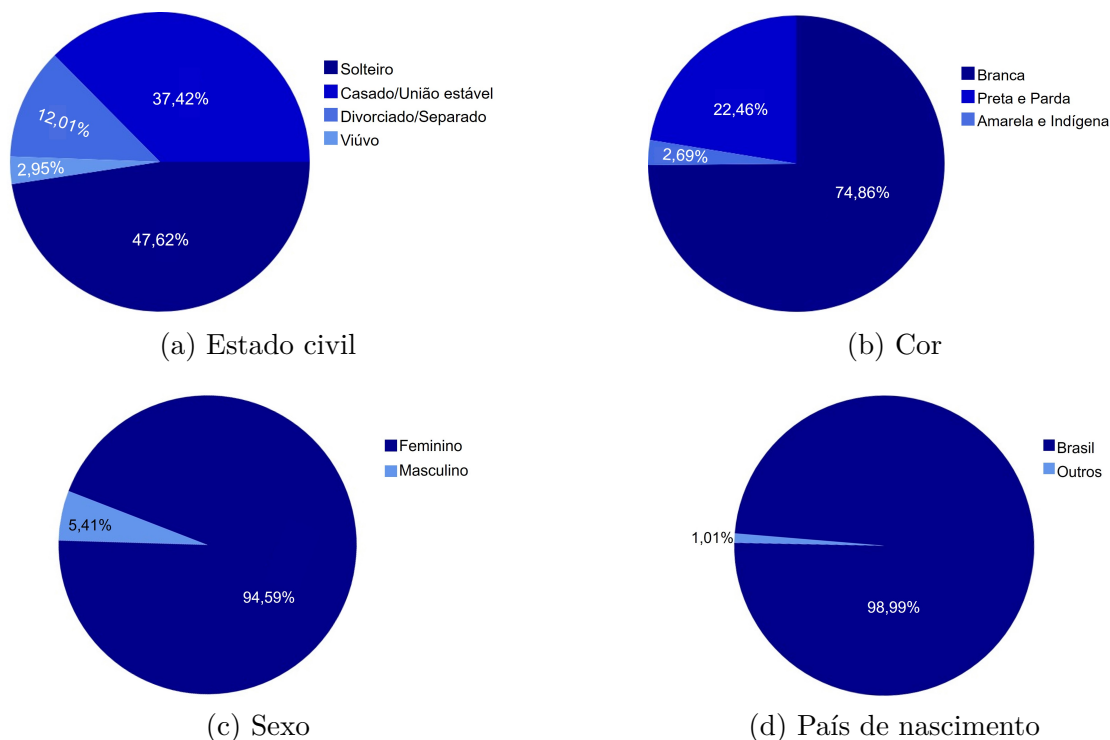
Devido à heterogeneidade das ocupações das vítimas, totalizando 237 profissões distintas na base de dados, as análises estatísticas apresentam limitações na obtenção de conclusões robustas. Entretanto, os dados da Tabela 7 revelam que 33,91% das vítimas estão vinculadas a profissões desprovidas de renda, evidenciando a ausência de autonomia financeira.

Tabela 7 – Contagem e percentuais da profissão das vítimas.

Profissão	Contagem	Percentual
Do lar	21990	17,089
Estudante	11749	9,131
Desempregado	6913	5,372
Não trabalha	2994	2,327
Soma	43646	33,919

Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 4 – Distribuição de frequência do estado civil, cor, sexo e país de nascimento das vítimas.



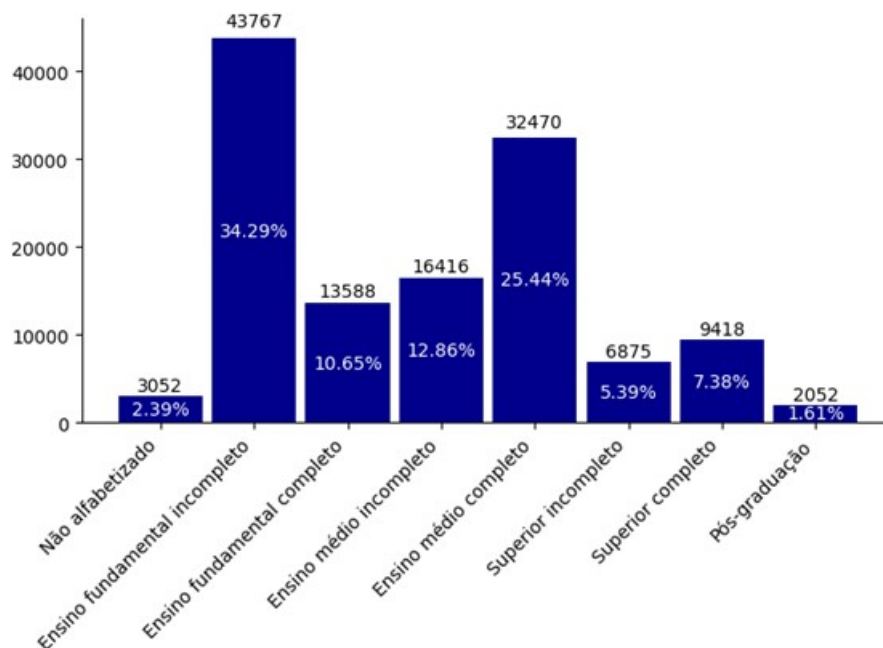
Fonte: Elaborada pela autora.

A representação do nível educacional das vítimas é apresentada na Figura 5, revelando que 83,24% delas possuem formação entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo. É notável destacar a presença significativa de 34,29% das vítimas com ensino fundamental incompleto, potencialmente vinculado aos *insights* fornecidos na Tabela 7, onde se evidencia a falta de autonomia financeira, que está potencialmente associada à baixa escolaridade. Em uma perspectiva contextual para Santa Catarina, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua (IBGE, 2022b) indicam que mulheres entre 18 e 59 anos no estado possuem, em média, 11,66<sup>26</sup> anos de estudo, equivalente ao ensino médio completo<sup>27</sup>. Este alinhamento é observado em 25,44% das vítimas.

<sup>26</sup> Cálculo a partir da Tabela 7126, extraída de: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126> (IBGE, 2022b) e disponível no link: <https://shre.ink/tabelasibge>.

<sup>27</sup> A diferença entre 11 anos e 12 anos de educação, possivelmente se deve a implementação do nono ano em 2006 pelo Ministério da Educação, diferenciando os anos de estudo de pessoas nascidas depois de 2000.

Figura 5 – Distribuição do grau de instrução das vítimas.



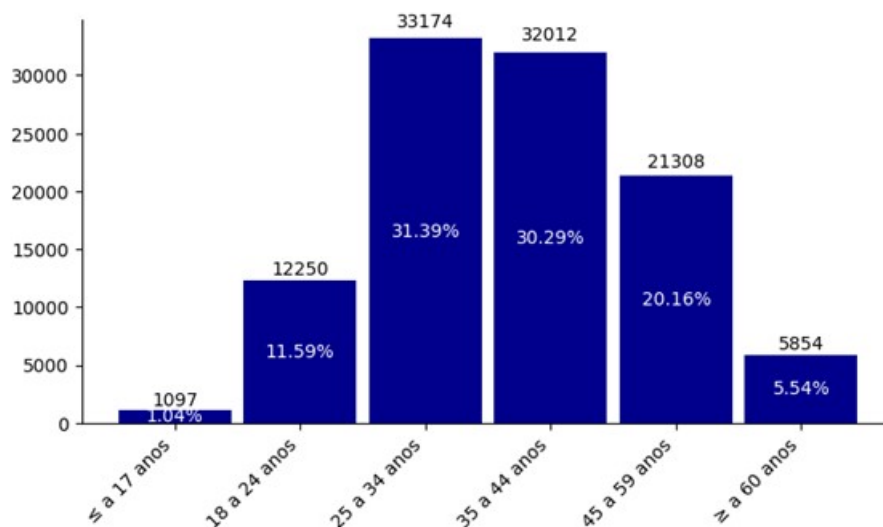
Fonte: Elaborado pela autora.

As análises dessa Subseção fornecem uma compreensão do perfil das vítimas de violência contra a mulher em Santa Catarina. A predominância de incidentes entre mulheres em idade reprodutiva, e a significativa representação de vítimas com baixa escolaridade e sem autonomia financeira, sublinham a vulnerabilidade associada a essas características. Adicionalmente, a distribuição étnica das vítimas refletem a realidade demográfica do estado.

#### 4.1.3 Perfil dos agressores

A análise da faixa etária dos perpetradores, evidenciada na Figura 6, revela padrões alinhados aos observados entre as vítimas. Destaca-se uma marcante concentração na faixa etária considerada reprodutiva, situada entre 18 e 59 anos, abarcando expressivos 93,42% dos casos. Dentro desse grupo, 61,68% estão compreendidos entre os 25 e 44 anos, uma fase da vida em que os homens, assim como as mulheres, frequentemente mantêm relações estáveis. Essa dinâmica é complementada pela Figura 7a, onde as relações de união estável e casamento representam 40,78% dos autores. Os dados evidenciam que 50,13% dos autores são identificados como solteiros. No entanto, conforme previamente discutido, essa classificação pode suscitar ambiguidades entre uniões formais e não formais. Destaca-se, ainda, a parcela significativa na faixa etária de 45 a 59 anos, sugerindo potencialmente que agressores possam repetir padrões comportamentais violentos em diferentes relações.

Figura 6 – Distribuição de frequência da faixa etária dos autores.



Fonte: Elaborado pela autora.

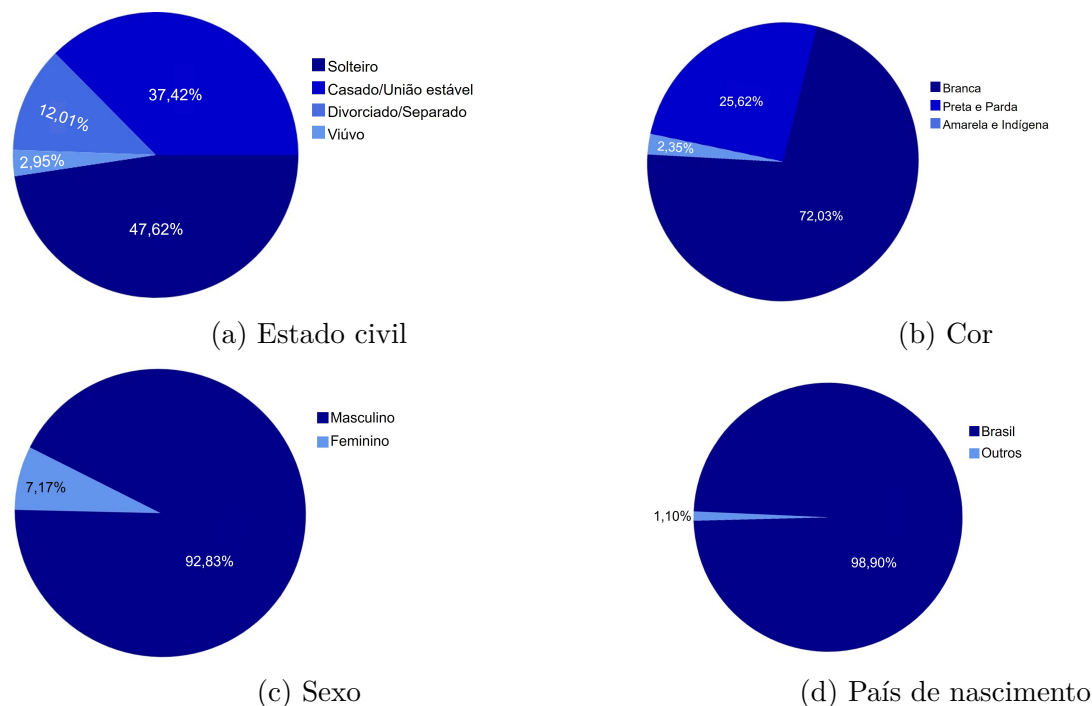
Na Figura 7b, destaca-se que 72,03% dos perpetradores são identificados como brancos. Este dado pode ser interpretado à luz da demografia do estado de Santa Catarina. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do censo de 2022<sup>28</sup>, a autodeclaração étnica dos homens no estado revela que 75,06% deles se identificam como brancos. A discrepância moderada entre a composição étnica dos perpetradores e a população em geral pode ser atribuída, em parte, à ausência de registros na base de dados, onde 10,11% dos dados estão ausentes. Esta lacuna sugere que alguns desses autores ainda não foram plenamente identificados na fase atual de investigação.

A Figura 7c destaca a distribuição de gênero dos agressores, revelando que 92,83% são homens. Contudo, chama a atenção a presença de 7,17% de mulheres, evidenciando que, infelizmente, mulheres também podem ser perpetradoras da violência contra mulheres. Essa informação ressalta a complexidade das dinâmicas interpessoais, onde, em alguns casos, as agressoras podem desempenhar papéis como mães, irmãs mais velhas ou estar envolvidas em relacionamentos não heterossexuais.

A análise do país de nascimento dos autores, conforme apresentado na Figura 7d, revela que expressivos 98,90% são brasileiros. Este dado corrobora a observação anterior sobre a escassa presença de imigrantes no estado.

<sup>28</sup> Cálculo a partir da Tabela 9606, extraída de: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9606> (IBGE, 2023a) e disponível no link: <https://shre.ink/tabelasibge>.

Figura 7 – Distribuição de frequência do estado civil, cor, sexo e país de nascimento dos autores.



Fonte: Elaborada pela autora.

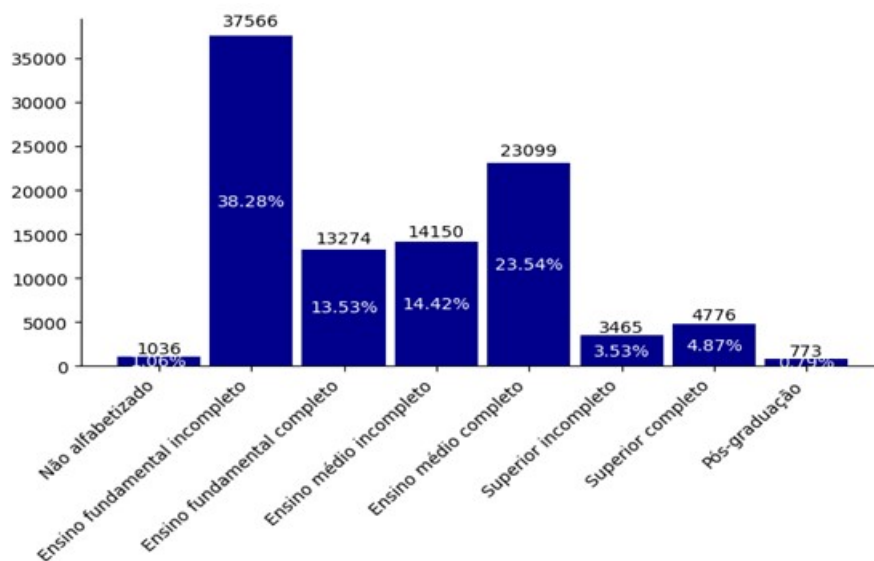
No tocante à profissão dos autores, de maneira análoga às ocupações das vítimas, deparamo-nos com um cenário que abarca um total de 245 profissões distintas na base de dados. Essa ampla gama de ocupações inviabiliza a realização de análises conclusivas, uma vez que nenhuma categoria profissional representa mais de 10% da amostra.

A análise da escolaridade dos agressores, ilustrada na Figura 8, revela que 91,77% deles apresentam formação entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo. Destaca-se a presença significativa de 38,28% dos autores com ensino fundamental incompleto, enquanto observa-se um percentual inferior a 10% de agressores com escolaridade a partir de ensino superior incompleto. Essa constatação sugere a possibilidade de que níveis mais elevados de educação possam estar associados a uma redução nos casos de violência contra a mulher. No entanto, o *status* social mais elevado também pode levar ao aumento da subnotificação, devido ao potencial impacto na disposição das vítimas em relatar os casos. Na esfera contextual de Santa Catarina, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua (IBGE, 2022b), a média de anos de estudo para homens entre 18 e 59 anos no estado é de 11,1<sup>29</sup> anos, variando entre o equivalente ao ensino médio incompleto e completo<sup>30</sup>. Essa correspondência é observada em 33,85% dos agressores.

<sup>29</sup> Cálculo a partir da Tabela 7126, extraída de: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126> (IBGE, 2022b) e disponível no link: <https://shre.ink/tabelasibge>.

<sup>30</sup> A nota referente a implementação do nono ano também deve ser considerada para os autores.

Figura 8 – Distribuição de frequência do grau de instrução dos autores.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise do perfil dos perpetradores, observa-se que a maioria dos agressores compartilha características sociodemográficas semelhantes às das vítimas, com concentração na faixa etária reprodutiva. A predominância de homens brancos entre os agressores é consistente com a demografia do estado, e a alta incidência de autores com baixa escolaridade mostra uma relação potencial entre menor nível educacional e comportamentos violentos.

#### 4.1.4 Mapas interativos

Nesta subseção, propõe-se uma análise visual<sup>31</sup> do período de 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, considerando a dimensão demográfica ao calcular as taxas por 10 mil mulheres, com base na população feminina dos municípios, conforme dados do censo de 2022<sup>32</sup>. Essa abordagem proporciona uma compreensão mais aprofundada sobre os municípios que enfrentam maior incidência desses eventos, ao mesmo tempo em que evidencia as nuances e diversidades nos diferentes tipos de violência de gênero registrados em cada localidade. Ao empregar a visualização geoespacial, busca-se oferecer uma perspectiva elucidativa que contribua para uma compreensão mais abrangente e informada sobre os desafios relacionados à violência contra a mulher em diferentes regiões.

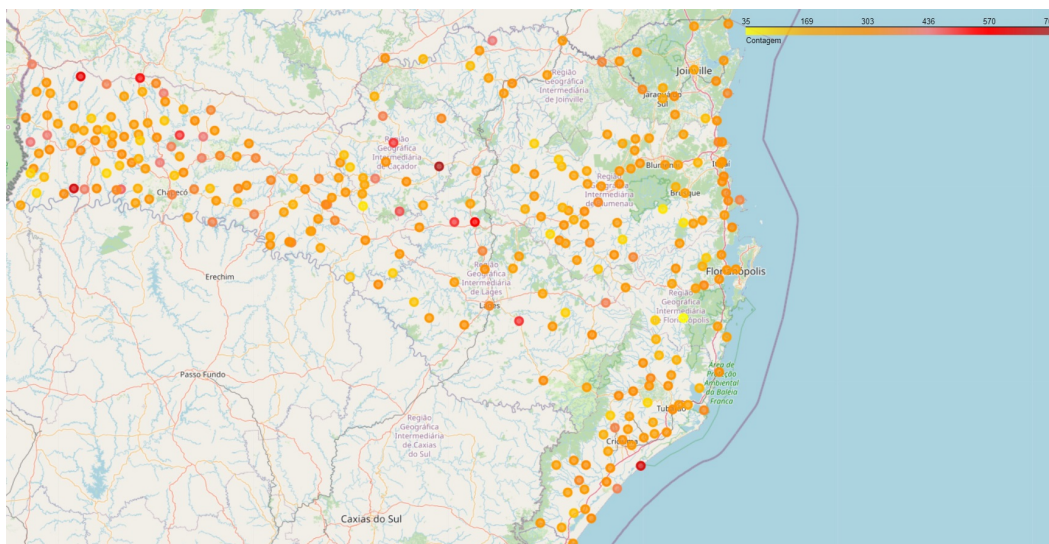
A análise da Figura 9 proporciona uma visão abrangente de todos os casos de violência contra a mulher no estado, destacando as mais elevadas taxas em municípios

<sup>31</sup> Ao clicar nas figuras, os leitores são redirecionados para acessar os mapas interativos, onde é possível visualizar as taxas de cada município.

<sup>32</sup> Cálculo a partir da Tabela 9514, extraída de: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514> (IBGE, 2023b) e disponível no link: <https://shre.ink/tabelasibge> e do número de ocorrências registrados na base de dados da SSP/SC.

como Lebon Régis (704,40), Riqueza (635,26), Balneário Rincão (631,18) e Palma Sola (602,47). Nota-se que as regiões Oeste e Serrana concentram a maioria dos municípios com as taxas mais elevadas.

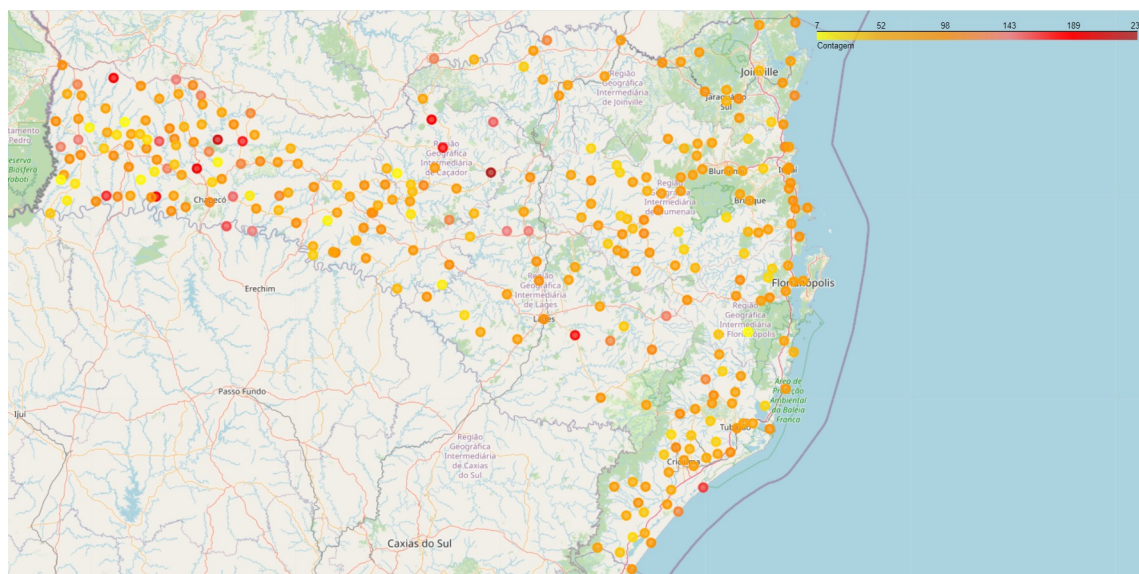
Figura 9 – Mapa das incidências de violência contra a mulher nos municípios catarinenses.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na Figura 10, ressalta-se a significativa incidência de agressões físicas em municípios como Lebon Régis (234,21), Entre Rios (213,14) e Coronel Freitas (195,13). Uma análise mais abrangente revela uma concentração expressiva de taxas elevadas na região Oeste do estado.

Figura 10 – Mapa das agressões físicas nos municípios catarinenses.

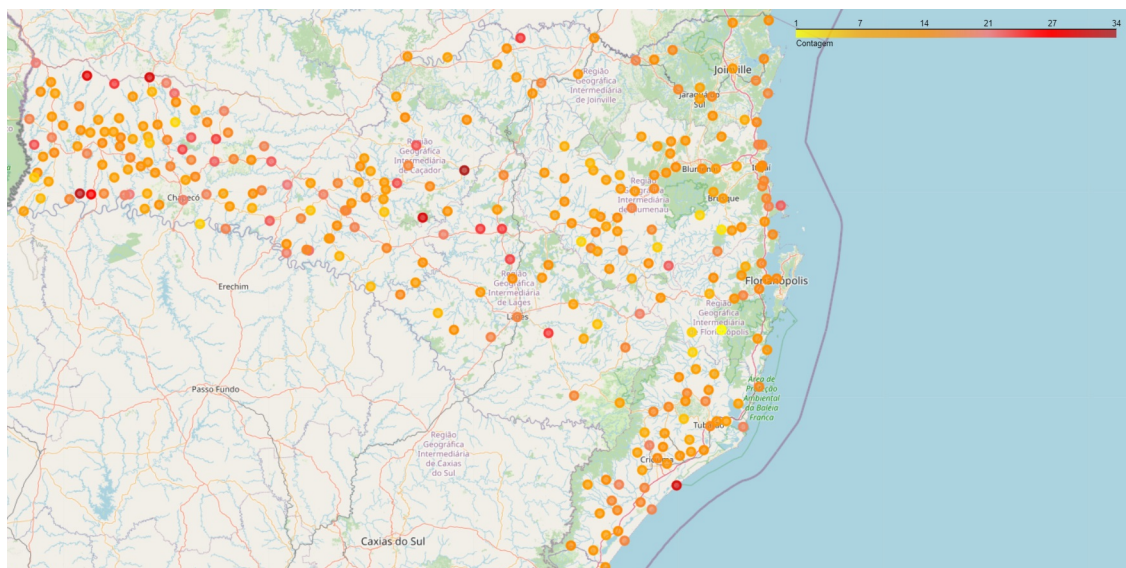


Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 11 aprofunda a compreensão, evidenciando que Lebon Régis (338,89), Riqueza (324,11), Balneário Rincão (303,07), São Lourenço do Oeste (303,03) e Monte

Carlo (300,09) se destacam como municípios com as maiores incidências de violência psicológica. Essa análise reforça a tendência de concentração desses eventos nas regiões Oeste e Serrana.

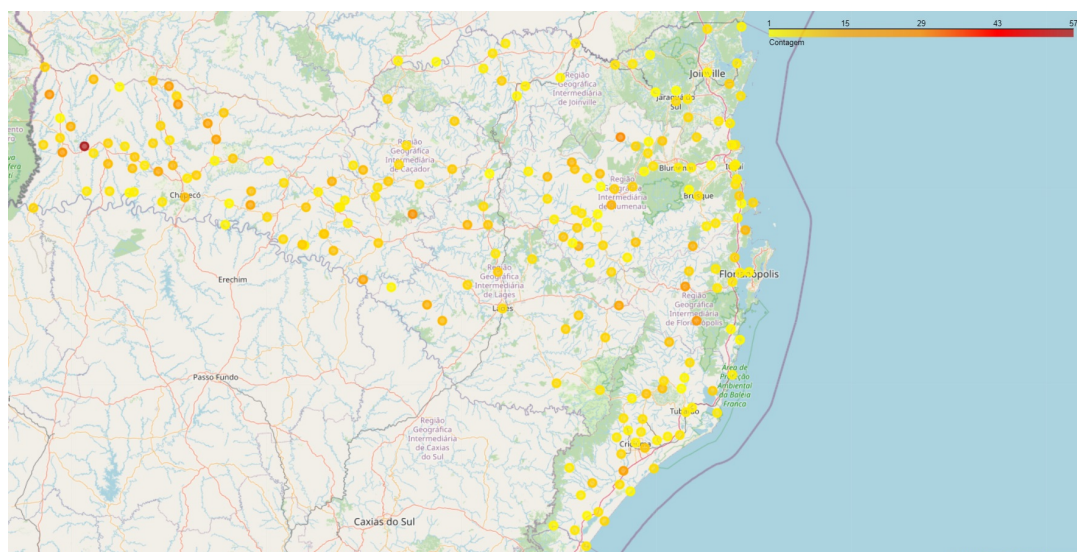
Figura 11 – Mapa das agressões psicológicas nos municípios catarinenses.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na Figura 12, voltamos a atenção para os estupros, onde municípios como Flor do Sertão (56,94), Doutor Pedrinho (27,72) e Monte Carlo (24,27) lideram as taxas de incidência.

Figura 12 – Mapa dos estupros nos municípios catarinenses.



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir de análises espaciais detalhadas, observa-se um destaque preocupante nas regiões Oeste e Serrana. Nessas áreas, diversos municípios apresentam as maiores taxas de

ocorrência de violência, com índices alarmantes superiores a 600 casos por 10 mil mulheres. Especificamente, nesses municípios, as taxas de agressões físicas, violência psicológica e estupro são notavelmente altas, superando 195, 300 e 27 casos por 10 mil mulheres, respectivamente.

## 4.2 ESTIMATIVAS DA SUBNOTIFICAÇÃO

As projeções para ocorrências de agressão física, tentativa de estupro e estupro são apresentadas na Tabela 8. Observa-se que a subnotificação atinge uma magnitude de 95,34% para casos de violência física e 94,12% para tentativas de estupro, quando comparados aos registros do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2021.

Tabela 8 – Número de vítimas de agressão física, tentativa de estupro e estupro.

Variável	PNS	FBSP	Subnotificação
Agressão física	332.080	15.463	95,34
Tentativa de Estupro	13.846 (4348)	814	94,12
Estupro	13.746 (6068,7)	4.298	68,73

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 9 compara-se as estimativas da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) com os boletins de ocorrência da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC)<sup>33</sup>. Nota-se uma subnotificação de 91,68% nos casos de violência física, sugerindo que potencialmente a implementação da Sala Lilás nas delegacias pode ter reduzido a subnotificação desses crimes. Similarmente, a redução dos registros de estupro pode estar associada ao aumento das notificações de crimes menos graves e às possíveis punições dos agressores, como nos casos de violência psicológica e agressões físicas que resultam em lesões leves.

Tabela 9 – Número de vítimas de agressão física e estupro 2021 a 2022.

Variável	PNS	SSP/SC	Subnotificação
Agressão física	332.080	27637	91,68
Estupro	13.746 (6068,7)	1869	86,40

Fonte: Elaborada pela autora.

Embora não seja possível estimar as demais violências para o período, as estimativas apresentadas podem ser utilizada como aproximação da subnotificação dos casos

<sup>33</sup> As entrevistas da PNS foram realizadas ao longo de um ano iniciando em 2018 e terminando em 2019 (IPEA, 2023). Portanto, para fins de comparação com os dados da SSP/SC utiliza-se o período de 01/07/2021 a 30/06/2022.

de violência contra a mulher. Por exemplo, utilizando os registros da base de dados da SSP/SC, na Figura 10, Figura 11 e Figura 12, as regiões com as maiores taxas de registros de violência, agressão física e psicológica coincide.

## 5 CONCLUSÃO

No presente estudo aborda-se de forma abrangente e sistemática a violência contra em Santa Catarina. Primeiramente, apresenta-se um arcabouço abrangente que considera os aspectos estruturais, culturais e econômicos que influenciam a ocorrência de crimes de violência contra a mulher e as causas subjacentes da subnotificação nos registros dos Sistemas de Segurança Pública. Posteriormente, a pesquisa se concentra na caracterização analítica dos autores, vítimas e fatos relacionados a esses crimes, utilizando-se de estatísticas descritivas detalhadas. Finalmente, são estimados os níveis de subnotificação da violência contra a mulher com base nas variáveis da Pesquisa Nacional da Saúde.

A revisão de literatura no tocante a conjuntura socioeconômica que impacta na incidência dos casos de violência contra a mulher levou a compreensão dos fatores determinantes das violências e da subnotificação. Os estudos analisados por Capaldi *et al.* (2012) indicam que a violência por parceiros íntimos (VPI) é influenciada por fatores demográficos, socioeconômicos e comportamentais, como idade jovem, privação socioeconômica, problemas de conduta e uso de substâncias. Além disso, atitudes culturais que endossam a violência também desempenham um papel significativo, afetando tanto a perpetração quanto a disposição das vítimas para denunciar (Flood; Pease, 2009). A teoria econômica do crime de Becker (1968) sugere que decisões criminais são baseadas em uma avaliação racional de custos e benefícios. Portanto, aumentar a probabilidade de condenação e a severidade das punições pode desincentivar a violência contra a mulher. Os crimes podem ser classificados em econômicos e não econômicos, com os segundos gerando custos sociais e econômicos significativos, mesmo sem ganhos financeiros diretos (Becker, 1968; Czabanski, 2008). Os custos da violência contra a mulher incluem despesas médicas, perda de produtividade e custos emocionais e psicológicos incalculáveis, tanto para as vítimas quanto para seus familiares. O valor estatístico da vida e o impacto da violência destacam a magnitude desses custos, como traumas de longo prazo (Czabanski, 2008; Cohen, 2005).

A análise das estatísticas descritivas da base de dados da SSP/SC, fornece importantes *insights* sobre os eventos, perfil das vítimas e autores, bem como a análise espacial, contextualizando as ocorrências nas diferentes regiões do estado. A análise das características dos eventos revela que a maioria das incidências ocorre no ambiente doméstico. A concentração de casos nos fins de semana e em determinados horários sugere uma relação com a dinâmica cotidiana. A prevalência de casos sem lesões físicas e a predominância de agressões psicológicas sublinham a complexidade da violência contra a mulher, que vai além das manifestações físicas evidentes. A possível subnotificação, especialmente em casos mais graves, destaca desafios na identificação e denúncia dessas situações, revelando possíveis barreiras sociais e emocionais enfrentadas pelas vítimas.

Ao analisar o perfil das vítimas, observa-se uma concentração significativa na faixa etária reprodutiva. O estado civil das vítimas, marcado por uma parcela considerável de

mulheres solteiras, sugerindo uma possível influência dos termos de relacionamentos na ocorrência de violência. Os agressores, por sua vez, apresentam padrões semelhantes de faixa etária. A predominância de agressores brancos e brasileiros reflete a composição demográfica do estado. Além disso, a sobreposição de dados socioeconômicos com a incidência de violência aponta para desigualdades estruturais que merecem atenção especial. A complexidade do fenômeno também se reflete nas motivações dos agressores, com destaque para motivações passionais, alcoolismo e desavenças.

A análise geoespacial revela padrões significativos de incidência de violência contra a mulher em diferentes municípios catarinenses, destacando um cenário preocupante nas regiões Oeste e Serrana. Nessas áreas, diversos municípios apresentam as maiores taxas de ocorrência de violência, com índices alarmantes superiores a 600 casos por 10 mil mulheres. Especificamente, as taxas de agressões físicas, violência psicológica e estupros nesses municípios são notavelmente altas, superando 195, 300 e 24 casos por 10 mil mulheres, respectivamente. Essas visualizações geoespaciais fornecem uma perspectiva elucidativa, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e informada sobre os complexos cenários enfrentados pelas mulheres em diferentes localidades catarinenses.

A análise dos dados revela uma subnotificação alarmante nos casos de violência física e sexual contra mulheres, evidenciando a discrepância, superior a 90% no casos de violência física, entre as estimativas da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e os registros oficiais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC). A implementação da Sala Lilás nas delegacias tem um impacto positivo potencial na redução da subnotificação e na punição dos crimes. Contudo, a persistente subnotificação sublinha a necessidade de políticas públicas adicionais que incentivem as denúncias e ofereçam suporte adequado às vítimas, considerando que cada crime não punido representa um risco contínuo de reincidência. Essas estimativas são cruciais para orientar estratégias eficientes de combate à violência contra a mulher.

Pesquisas futuras podem estimar a subnotificação nos municípios catarinenses, identificando regiões com maior incidência de subnotificação e, adicionalmente, avaliar se políticas específicas mitigam esse problema. Este enfoque permitirá a formulação de intervenções mais precisas e a implementação de políticas públicas mais eficazes, contribuindo para a redução da violência contra a mulher e a promovendo segurança e justiça para as mulheres.

## REFERÊNCIAS

ALESC. **Termo de Cooperação Técnica nº 001/2021**. Florianópolis, mar. 2021. Termo de Cooperação Técnica que celebram entre si, o Poder Legislativo Estadual, Poder Executivo Estadual, Poder Judiciário Estadual, Ministério Público de Santa Catarina, Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Santa Catarina e a Universidade Federal de Santa Catarina para implementar o observatório da violência contra a mulher de Santa Catarina.

BANK, World. **Gender-Based Violence(Violence Against Women and Girls)**. [S.l.]: World Bank, 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/socialsustainability/brief/violence-against-women-and-girls>. Acesso em: 7 dez. 2023.

BECKER, Gary S. Crime and Punishment: an economic approach. **Journal Of Political Economy**, v. 76, n. 2, p. 169–217, 1968.

BRASIL. **Lei 11.340 (Maria da Penha), de 07 de agosto de 2006**. Brasília: [s.n.], ago. 2006. Diário Oficial da União. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**: Manda executar o Código Criminal. Rio de Janeiro: [s.n.], dez. 1830.

BRIZ-REDÓN, Álvaro. A Bayesian Aoristic Logistic Regression to Model Spatio-Temporal Crime Risk Under the Presence of Interval-Censored Event Times. **Journal of Quantitative Criminology**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10940-023-09580-1>.

BUIL-GIL, David; MORETTI, Angelo; LANGTON, Samuel H. The accuracy of crime statistics: assessing the impact of police data bias on geographic crime analysis. **Journal of Experimental Criminology**, v. 18, p. 515–541, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11292-021-09457-y>.

CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Regression Analysis of Count Data**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2013.

CAPALDI, Deborah M. *et al.* A Systematic Review of Risk Factors for Intimate Partner Violence. **Partner Abuse**, v. 3, p. 231–280, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.e4>.

CENTER, Robert Graham. **Social deprivation index (SDI)**. [S.l.]: Robert Graham Center, 2021. Disponível em: <https://www.graham-center.org/rgc/maps-data-tools/sdi/social-deprivation-index.html>. Acesso em: 9 jun. 2024.

CNJ. **CNJ Serviço**: conheça a rede de proteção à mulher vítima de violência. Conheça a rede de proteção à mulher vítima de violência. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-conheca-a-rede-de-protecao-a-mulher-vitima-de-violencia/..](https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-conheca-a-rede-de-protecao-a-mulher-vitima-de-violencia/) Acesso em: 15 nov. 2023.

COHEN, Mark A. **The Costs of Crime and Justice**. 2. ed. New York: Routledge, 2005.

CZABANSKI, Jacek. **Estimates of cost of crime**: history, methodologies, and implications. Warszawa: Springer, 2008.

DELGADO, Miguel A.; KNIESNER, Thomas J. Count data models with variance of unknown form. **The Review of Economics and Statistics**, v. 79, p. 41–49, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1162/003465397556520>.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 15. ed. Brasil: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. 17. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FBSP. **Visível e Invisível**: A Vitimização de Mulheres no Brasil. 4. ed. Brasil: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FEDERAL, Senado. **Código filipino, ou, ordenações e leis, do Reino de Portugal**: recompiladas por mandado d’el-rey D. Filipe I. Brasília: [s.n.], 2012. Diário Oficial da União. Ed. fac-símilar da 14. ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona de coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562747>. Acesso em: 20 dez. 2023.

FLOOD, Michael; PEASE, Bob. Factors Influencing Attitudes to Violence Against Women. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 10, n. 2, p. 125–142, 2009. DOI: 10.1177/1524838009334131. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1524838009334131>.

FOX, Vivian C. Historical Perspectives on Violence Against Women. **Journal of International Women’s Studies**, v. 4, p. 15–34, 2002.

FRA. **Survey on Women’s Safety (violence against women survey)**. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://fra.europa.eu/en/promising-practices/survey-womens-safety-violence-against-women-survey>. Acesso em: 28 mar. 2024.

GELMAN, Andrew *et al.* **Bayesian Data Analysis**. 3. ed. Boca Raton: Taylor & Francis Group, 2014.

- IBGE. **Censo Demográfico**: tabela 9606 - população residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9606>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- IBGE. **Censo Demográfico**: tabela 9514 - população residente, por sexo, idade e forma de declaração da idade. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: Downloads. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=PNS/2019/Microdados/Documentacao>. Acesso em: 16 out. 2023.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**: tabela 7126 - número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e grupo de idade. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- IBGE. **PNS - Pesquisa Nacional de Saúde**. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/29540-2013-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=9177&t=o-que-e>. Acesso em: 9 jun. 2024.
- IPEA. **Elucidando a Prevalência de Estupro no Brasil a Partir de Diferentes Bases de Dados**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/4/TD\\_2880\\_web.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/4/TD_2880_web.pdf). Acesso em: 16 jul. 2023.
- MORENO, Elías; GIRÓN, Javier. Estimating with Incomplete Count Data a Bayesian Approach. **Journal of Statistical Planning and Inference**, v. 66, p. 147–159, 1998. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0378-3758\(97\)00073-6](https://doi.org/10.1016/S0378-3758(97)00073-6).
- OBSVCMSC. **Relatório de Violência contra a Mulher em Santa Catarina**. [S.l.]: Observatório de Violência Contra à Mulher de Santa Catarina, 2023. Disponível em: [https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/2e67c664-ee8a-42f5-af70-c6a49f9b3f68/page/p\\_y5avc1n45c](https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/2e67c664-ee8a-42f5-af70-c6a49f9b3f68/page/p_y5avc1n45c). Acesso em: 8 dez. 2023.
- OLIVEIRA, Guilherme L. de *et al.* Bayesian Estimation of Age-Specific Mortality and Life Expectancy for Small Areas With Defective Vital Records. **PLOS Neglected Tropical Diseases**, 2021. DOI: [10.1371/journal.pntd.0009700](https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0009700).
- POLETTINI, Silvia; ARIMA, Serena; MARTINO, Sara. An Investigation of Models for Under-Reporting in the Analysis of Violence Against Women in Italy. **Social Indicators Research**, p. 1–20, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11205-023-03225-3>.

SSP/SC. **Delegacia de atendimento à mulher de Florianópolis completa 35 anos de criação.** [S.l.]: Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/zwAk4VVq>. Acesso em: 9 dez. 2023.

SSP/SC. **Inaugurada primeira Sala Lilás da Polícia Civil em Santa Catarina.** [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.ssp.sc.gov.br/index.php/component/content/article/87-noticias/2048-inaugurada-primeira-sala-lilas-da-policia-civil-em-santa-catarina>. Acesso em: 3 fev. 2024.

STONER, Oliver; ECONOMOU, Theo; SILVA, Gabriela Drummond Marques da. A Hierarchical Framework for Correcting Under-Reporting in Count Data. **Journal of the American Statistical Association**, v. 114, p. 1481–1492, 2019. DOI: 10.1080/01621459.2019.1573732.

WINKELMANN, Rainer. Markov chain Monte Carlo Analysis of Underreported Count Data with an Application to Worker Absenteeism. **Empirical Economics**, v. 21, p. 575–587, 1996.

## APÊNDICE A – AGRUPAMENTOS DA BASE DE DADOS DA SSP/SC

Este anexo apresenta os agrupamentos da base de dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP/SC).

### a) **Local**

Residência: residência, hospedagem;

Via pública: sem classificação para via pública;

Outros: associação, outros ambientes, indústria, whatsapp/app de troca de msgs, outro meio virtual, facebook, telefone, outra rede social, instagram, e-mail, comércio, posto de combustível, mercado, alimentação/diversão, atividade financeira, prestação de serviços, veículo, transporte, saúde, órgão público, ensino.

### b) **Meio empregado**

Arma branca: arma branca, instrumento contundente, furadeira/serra copo, pé de cabra ou similar;

Afogamento: afogamento;

Arma de fogo: arma de fogo;

Grave ameaça: grave ameaça;

Agressão física: agressão física;

Veículo automotor: veículo automotor;

Outro meio: outro meio, arma de brinquedo/simulacro, punquista, explosivo, arrombamento, escalada, chave falsa (micha), maçarico.

### c) **Fato**

Agressão física: lesão corporal leve, dolosa, tortura, lesão corporal grave ou gravíssima – dolosa, lesão corporal – culposa, maus-tratos;

Agressão psicológica: ameaça, injúria, constrangimento ilegal, injúria qualificada pelo preconceito, injúria real, calúnia, difamação, injúria qualificada (religião, pessoa idosa ou deficiência), injúria racial, violência psicológica contra a mulher, denúncia caluniosa;

Descumprimento de medida protetiva: descumprimento de medida protetiva de urgência (mulher);

Estupro: estupro, estupro de vulnerável;

Outras violências sexuais: importunação sexual, violação sexual mediante fraude, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes (registro não autorizado da intimidade sexual);

Feminicídio: feminicídio;

Perseguição: perseguição;

Violação de domicílio: violação de domicílio;

Vias de fato: vias de fato;

Outros: fato atípico, induzir o consumidor a erro, fazendo qualquer afirmação falsa sobre a o bem ou serviço, dano, invasão de dispositivo informático, incentivo ao suicídio, crimes contra a saúde, abandono material, extorsão, extorsão mediante sequestro, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, incêndio (crime) doloso, roubo, furto de coisa comum, apropriação indébita, retenção ilegal de documento de identificação, sequestro e cárcere privado, perigo para a vida ou saúde de outrem, perigo de contágio venéreo, perigo de contágio de moléstia grave.

d) **Motivação**

Alcoolismo: alcoolismo;

Desavença: desavença;

Homofobia: homofobia;

Passional: passional;

Racismo: racismo;

Outros: conflito agrário, conflito entre criminosos, conflito entre vizinhos, conflito no trânsito, desacerto comercial, outra motivação, intolerância religiosa, tráfico de drogas.

e) **Condição física das vítimas**

Outros: sintomas de embriaguez, problema clínico, sob efeito de droga ilícita, parturiente, pessoa com deficiência.

f) **Grau de instrução das vítimas**

Ensino fundamental incompleto: alfabetizado, ensino fundamental incompleto;

Pós-graduação: pós-graduação, mestrado, doutorado.

g) **Condição física dos autores**

Outros: problema clínico, parturiente, pessoa com deficiência.

h) **Grau de instrução dos autores**

Ensino fundamental incompleto: alfabetizado, ensino fundamental incompleto;

Pós-graduação: pós-graduação, mestrado, doutorado.

## APÊNDICE B – CÓDIGOS

Este apêndice exhibe os códigos empregados para extração dos dados da PNS, utilizando o software R. O código desenvolvido tem como finalidade extrair a soma das respostas das variáveis e o erro padrão das estimativas, sendo que a variável de interesse é substituída na última linha para a obter os resultados desejados.

```
library(survey)
```

```
library(PNSIBGE)
```

```
help("get_pns")
```

```
dadosPNS <- get_pns(year=2019, selected=TRUE,  
vars=c("V01401", "V01402", "V01403", "V01404", "V02701", "V02702",  
"V00291"))
```

```
dadosPNS
```

```
class(dadosPNS)
```

```
dados_PNS_brutos <- get_pns(year=2019, selected=TRUE,  
vars=c("V01401", "V01402", "V01403", "V01404", "V02701", "V02702",  
"V00291"), labels=FALSE, design=FALSE)
```

```
pns2019_morador_selecionado <- get_pns(year=2019, selected=TRUE)  
svytotal(x=~V02702, design=subset(pns2019_morador_selecionado,  
V0001=="Santa Catarina"), na.rm=TRUE)
```